

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO
CURSO DE BACHAREL EM JORNALISMO**

CECÍLIA RIBEIRO RIBEIRO

**A REPRESENTAÇÃO DA MULHER: ANÁLISE DOS DISCURSOS NO DIA
INTERNACIONAL DA MULHER NA PRESIDÊNCIA, NOS GOVERNOS DE LULA
A BOLSONARO**

PORTO ALEGRE

2019

CECÍLIA RIBEIRO RIBEIRO

**A REPRESENTAÇÃO DA MULHER: ANÁLISE DOS DISCURSOS NO DIA
INTERNACIONAL DA MULHER NA PRESIDÊNCIA, NOS GOVERNOS DE LULA
A BOLSONARO**

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Departamento de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Helena Weber

PORTO ALEGRE

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Ribeiro, Cecilia Ribeiro
A REPRESENTAÇÃO DA MULHER: ANÁLISE DOS DISCURSOS NO
DIA INTERNACIONAL DA MULHER NA PRESIDÊNCIA, NOS
GOVERNOS DE LULA A BOLSONARO / Cecilia Ribeiro
Ribeiro. -- 2019.
90 f.
Orientadora: Maria Helena Weber.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Jornalismo,
Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Dia Internacional da Mulher. 2. Representação.
3. Presidência. 4. Gênero. 5. Discurso político. I.
Weber, Maria Helena, orient. II. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

AUTORIZAÇÃO

Autorizo o encaminhamento para avaliação e defesa pública do TCC (Trabalho de Conclusão de Cursos) intitulado **A REPRESENTAÇÃO DA MULHER: ANÁLISE DOS DISCURSOS NO DIA INTERNACIONAL DA MULHER NA PRESIDÊNCIA, NOS GOVERNOS DE LULA A BOLSONARO**, de autoria de Cecília Ribeiro Ribeiro, estudante do curso de Jornalismo, desenvolvida sob minha orientação.

Porto Alegre, 19 de Junho de 2019

Assinatura:

Prof^a. Dr^a. Maria Helena Weber

CECÍLIA RIBEIRO RIBEIRO

**A REPRESENTAÇÃO DA MULHER: ANÁLISE DOS DISCURSOS NO DIA
INTERNACIONAL DA MULHER NA PRESIDÊNCIA, NOS GOVERNOS DE LULA
A BOLSONARO**

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Departamento de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Maria Helena Weber

Aprovado em 04 de julho de 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Maria Helena Weber – UFRGS

Orientadora

Ms. Ana Javes Luz – PPGCOM/UFRGS

Examinador

Prof. Dr. Basílio Sartor – UFRGS

Examinador

AGRADECIMENTOS

Vivenciar a universidade pública é conhecer novas realidades, é observar com novos olhos a sociedade que vivemos. Egressa de escola pública, tenho plena consciência de que a UFRGS me abriu muitas portas e redefiniu minhas concepções políticas e sociais. O acesso a esse novo mundo, não teria sido possível sem meus pais e tudo o que eles me proporcionaram para chegar até aqui, todas as ferramentas que eles não puderam ter. A chegada na vida adulta durante a graduação, só foi mais fácil por ter meus irmãos ao meu lado, certa de que, parte de quem eu sou, passa por quem eles são. Ao longo de quase toda essa jornada dentro da UFRGS, sorte a minha ter a companhia do Guilherme, ombro a ombro, sempre disposto a se desconstruir. O maior entusiasta dos meus planos e sonhos, força incansável para apoiar e conquistar o que vier. Não foi fácil concluir esta etapa, nem foi em pouco tempo. Agradeço à Milena e à Ana por me darem mais de uma oportunidade para encerrar esse ciclo. Não é sem admiração por essas mulheres que termino esse curso. Que elas possam conduzir outras estudantes nesse árduo caminho que é a busca pela igualdade de gênero.

*There are ignorant priests and ignorant people, who are all too ready
to cry sorcery if a woman is only a little wiser than they are!*

The Mists of Avalon, Marion Zimmer Bradley

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a representação das mulheres nos discursos proferidos no Dia Internacional da Mulher pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003 e 2007), Dilma Rousseff (2010 e 2014), Michel Temer (2017) e Jair Bolsonaro (2019). Para este estudo, será realizada uma análise de conteúdo dos discursos e declarações que remetem ao papel que a mulher desempenha na sociedade, na visão dos presidentes e como isso se manifesta no campo político. Além disso, será estudado como o discurso político funciona enquanto dispositivo de comunicação pública, que contribui para a formação da opinião pública e a consolidação dos governantes no poder. Tendo o *corpus* da pesquisa definido a partir de uma pesquisa exploratória, foram criadas categorias a serem analisadas em cada discurso. Os resultados encontrados sinalizam que os aspectos da desigualdade de gênero se manifestam em todos os discursos dos representantes, independente do espectro político no qual estão inseridos.

Palavras-chave: Dia Internacional da Mulher; Representação; Presidência; Gênero.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the representation of women in the speeches given to celebrate the International Women's Day by the presidents Luiz Inácio Lula da Silva (2003 e 2007), Dilma Rousseff (2010 e 2014), Michel Temer (2017) e Jair Bolsonaro (2019). In order to accomplish this study, the content of the speeches, as well the statements regarding the role of women in our society, will be analyzed. From this point, we will be able to understand how this affects the political field. The political discourse as a device of public communication will also be studied in order to establish how it contributes to constitute public opinion. Through an exploratory research, categories were established to analyzed the speeches. The results indicate that aspects of gender inequality are present in all the speeches of the presidents, regardless of their political spectrum.

Keywords: the International Women's Day, Representation, Presidency; Gender.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Representatividade nos Ministérios.....	42
Quadro 2 - <i>Corpus</i> da pesquisa: discursos analisados.....	53
Quadro 3 - Análise das categorias.....	68

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 DIA INTERNACIONAL DA MULHER, FEMINISMO E SOCIEDADE	17
2.1 O Dia Internacional da Mulher.....	17
2.2 A mulher e a sua representação na sociedade.....	18
3 FEMINISMO E O CAMPO POLÍTICO	26
3.1 A importância do feminismo na política.....	26
3.2 O campo político e a disputa de forças entre homens e mulheres.....	29
4 COMUNICAÇÃO E DISCURSO POLÍTICO	33
4.1 Comunicação pública no campo político governamental.....	33
4.2 O discurso político.....	35
5 A REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NO GOVERNO DO BRASIL	39
5.1 Os governos enquanto espaço de representação.....	41
5.1.1 Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT/2003-2010).....	43
5.1.2 Governo de Dilma Rousseff (PT/2011-2016).....	45
5.1.3 Governo de Michel Temer (PMDB/2016-2018).....	47
5.1.4 Governo de Jair Bolsonaro (PSL/2019 -).....	49
6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	51
6.1 Procedimentos de análise.....	51
6.2 Categorias de Análise.....	52
6.3 Corpus da pesquisa.....	53
7. OS DISCURSOS DA PRESIDÊNCIA	55
7.1 Discursos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.....	55
7.1.1. Discurso no dia Internacional da Mulher, 12/03/2003 (1º.mandato).....	55
7.1.2 Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, 07/03/2007 (2º mandato).....	56
7.1.3 As mulheres nos discursos de Luiz Inácio Lula da Silva.....	58
7.2 Discurso e pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff.....	59
7.2.1 Discurso da presidenta Dilma Rousseff, 01/03/2011 (1º mandato).....	59
7.2.2 Pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff, 08/03/2015 (2º mandato).....	61
7.2.3 As mulheres nos discursos de Dilma Rousseff.....	61

7.3 Discurso do presidente Michel Temer, 08/03/2017.....	62
7.3.1 As mulheres no discurso de Michel Temer	64
7.4. Discurso do presidente Jair Bolsonaro, 08/03/2019	65
7.4.1 As mulheres no discurso de Jair Bolsonaro.....	66
7.5. A Relevância dos Discursos Presidenciais.....	66
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
ANEXOS.....	75

1 INTRODUÇÃO

O ambiente político é historicamente dominado por homens. A rápida disseminação de informações imposta pelas redes sociais e publicações online, permitiu que temas feministas chegassem com mais facilidade para as pessoas que estão constantemente conectadas. O período de instabilidade política que vivemos desde o começo das discussões sobre o impeachment da presidenta Dilma Rousseff também despertou debates relacionados à desigualdade de gênero na política. A primeira Presidente mulher eleita no Brasil não terminou o segundo mandato, sendo substituída após o seu afastamento por um grupo exclusivamente masculino.

A partir desse conjunto de fatores, o tema proposto para esse trabalho de conclusão é analisar a representação da mulher entre os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, da Presidenta Dilma Rousseff, do Presidente Michel Temer e do Presidente Jair Bolsonaro.

Para realizar esta análise, partiremos do momento em que foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, na gestão que pavimentou o caminho para que a primeira mulher fosse eleita presidente no país, chegando até o governo atual, a partir dos discursos feitos em homenagem ao Dia Internacional da Mulher e declarações que remetem ao papel da mulher na sociedade. A partir desta análise, iremos compreender como o espectro político no qual cada presidente está inserido interfere na questão de gênero. Além disso, iremos identificar como a representação da mulher ecoa nas principais instâncias do governo.

Para tanto, cada presidente terá o discurso do Dia Internacional da Mulher do seu primeiro ano de mandato analisado. Esse recorte se faz necessário uma vez que as promessas e discussões dos programas de cada governo permanecem na memória dos eleitores. Além disso, o espectro político no qual o primeiro presidente está inserido é distante do qual o último presidente analisado se encontra. Sendo assim, a curva que o país faz para políticas consideradas conservadoras, também

pode ser percebida na maneira como o gênero feminino é tratado em cada programa de governo e na percepção de cada líder do Poder Executivo.

Essas nuances e detalhes da política, nos permitem perceber, as distinções que ainda existem entre os gêneros nesse campo. Há uma necessidade de tornar esse espaço mais igualitário e de fomentar uma discussão capaz de questionar a diminuição do papel da mulher na sociedade. Levando em conta o cenário político atual e a participação reduzida de mulheres no atual governo federal, torna-se imprescindível analisar o comportamento e a abordagem de cada presidente em relação às mulheres e o seu papel na sociedade e na política. Observando os cortes orçamentários de políticas de apoio à mulher e a dissolução do Ministério criado para auxiliar as minorias, há uma consolidação de um governo conservador e do retrocesso na busca pela igualdade social e política no país.

No início de 2017 o IBGE divulgou dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) realizada no último trimestre de 2016. Os resultados da pesquisa demonstram que as mulheres são maioria nas taxas de desemprego. Em 2014, ano eleitoral e último ano do primeiro mandato de Dilma Rousseff, o percentual de mulheres desempregadas no último trimestre era de 7,7% e os homens 5,6%. No mesmo período em 2016 os números aumentaram para 13,8% entre as mulheres e 10,7% entre os homens. Além disso, as mulheres são maioria em subempregos e no mercado informal, as mudanças previstas na proposta da Reforma da Previdência e as que ocorreram com a Reforma Trabalhista, contribuem para a invisibilidade da mulher e a manutenção da dupla jornada de trabalho. A concretização de uma mulher ser eleita para a Presidência da República e o desenrolar do processo de impeachment entre 2015 e 2016, enfatiza a necessidade de uma ampla problematização da desigualdade entre homens e mulheres na sociedade e na política.

Esse trabalho será desenvolvido a partir da contextualização dos anos em que o Presidente Lula chegou ao poder até o mandato de Jair Bolsonaro e a representatividade dada às mulheres nesse período, além de uma breve análise da participação da mulher e o seu protagonismo nos principais cargos dos governos

desde 2003. O principal objetivo desse trabalho é identificar o papel que a mulher representa na política nacional, em um cenário historicamente masculino, principalmente, através do discurso do Presidente no Dia da Mulher e a representatividade de mulheres nos no governo.

Em um momento em que as discussões sobre desigualdade de gênero estão tão presentes no nosso cotidiano é de suma importância analisar o quanto essa diferença entre o papel do homem e da mulher atinge todos os níveis de poder. Para tanto, também é importante compreender previamente a relevância do feminismo, a representação do feminino nesses espaços e a concepção do estereótipo de gênero secundário, através de teorias discutidas no feminismo.

Para organizar de uma forma adequada o desenvolvimento desse trabalho, dividiremos os assuntos tratados em tópicos distintos. Sendo assim, teremos um espaço voltado para a compreensão teórica do feminismo, da política e da imprensa, de forma que seja possível analisar a participação de mulheres no governo e qual é o tipo de representação feminina que cada presidente retrata em seus discurso e entrevistas. Para tanto, utilizaremos como bibliografia os volumes um e dois de “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir, além das percepções de Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel expostas no livro Feminismo e Política: uma introdução. Será a partir da percepção dos estereótipos de gênero cristalizados na atual estrutura social e política em que vivemos, que tentaremos encontrar paralelos pertinentes entre a teoria e a prática e compreender como se desenhou o papel da mulher ao longo da evolução e da história fazendo com que as diferenças entre os dois gêneros sejam perceptíveis. Desde os tempos mais primitivos, os homens cumpriam uma função, enquanto as mulheres realizavam outros tipos de trabalhos, as relações de submissão entre os dois gêneros se desenvolveram com mais forma com o surgimento da propriedade privada, esse fator alterou o modo de vida como era conhecido até então, e contribui até hoje para a manutenção da sociedade patriarcal em que vivemos.

Também serão utilizados nesse trabalho artigos relevantes da Revista Brasileira de Ciência Política que estudam as questões de gênero na política e a

representação das minorias, que discutem, principalmente, como a dupla jornada de trabalho da mulher contribui para a baixa participação feminina na política. Sendo as relações de submissão da mulher algo comum na nossa realidade, veremos que a mulher ainda não está sendo criada para acreditar que pode cumprir um papel público, cumprindo majoritariamente obrigações da vida privada. Ainda que ocorra um choque de gerações no atual momento em que vivemos pois, as redes sociais contribuem fortemente para que um maior número de informações faça parte das gerações mais jovens e possibilite a organização coletiva, ainda é forte na sociedade em que vivemos o conceito de que uma mulher não é completamente feliz se não tiver filhos e/ou não terá uma vida considerada bem-sucedida se não se casar até uma determinada faixa etária. Também veremos que, mesmo que a mulher supere boa parte destas barreiras sociais que lhe são impostas e adentrar no mundo político, ela não será vista da mesma forma que os homens são vistos nesse meio, além de suas pautas serem direcionadas pelo gênero. Dificilmente elas irão de pautas que fazem parte de um interesse maior, de homens e mulheres. O habitual será ela desenvolver pautas relacionadas ao feminino, uma vez que ela é obrigada a manter a sua feminilidade e ao mesmo tempo é vista como alguém que não é capaz de desenvolver projetos diferentes disso.

Outro argumento que será estudado para análise do nosso objeto, é o conceito de campo político de Bourdieu (2011) e como ele, mesmo com a tendência de se isolar da realidade social geral, consegue representar em um microcosmo a condição da mulher em uma sociedade contemporânea. Como dito anteriormente, a partir da ideia de que a mulher é estereotipada em relação à sua função social, esse aspecto será refletido no campo político, pois o campo é formado por pessoas que fazem parte do meio social e levam as suas concepções de gênero para esse ambiente menor, e ecoa o mundo em que vivemos.

As questões de gênero na política, relacionadas diretamente com o papel da mulher, também serão embasadas a partir do texto de Pinto (2010), Miguel e Biroli (2014). Por terem uma extensa produção em comum, o artigo de cada autor complementa o do outro e trará dados de estudos sobre campanhas eleitorais que

irão auxiliar na ilustração do nosso estudo. Aspectos como a manutenção da feminilidade ou o desenvolvimento de uma certa “virilidade” para sobreviver ao campo que é essencialmente masculino será visto aqui para compreender as razões pelas quais o ocidente, considerado tão desenvolvido em relação a outras partes do mundo, ainda demonstra um enraizamento tão forte de comportamentos que podemos considerar machista.

No que cabe à contextualização dos cenários que serão estudados nesse trabalho, um breve panorama dos fatos mais relevantes que ocorreram no país, durante os mandatos de Luiz Inácio “Lula” da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro serão registrados nesse trabalho, uma vez presumido que tenha relevância para o objeto de estudo. Para tanto será realizada uma contextualização histórico-descritiva de cada mandato, a fim de melhor entender o cenário em que cada discurso analisado se encontra.

A metodologia utilizada para esse estudo será a análise de conteúdo do discurso político, apresentada através da percepção do linguista francês Charaudeau (2013) e da relevância dos discursos políticos no campo política apresentado por Bourdieu (2011). Para tanto, categorias de análises serão expostas adiante nesse trabalho, encontrando significação nos discursos dos presidentes.

2 DIA INTERNACIONAL DA MULHER, FEMINISMO E SOCIEDADE

Nesse capítulo, iremos ressaltar a importância do Dia Internacional da Mulher para o feminismo, e as teorias que dele surgiram. Assim, poderemos compreender a necessidade de discutir como as mulheres são vistas na política e nos discursos e de que forma isso pode contribuir para manter os estereótipos da nossa sociedade.

2.1 O Dia Internacional da Mulher

Oficializado pela Organização das Nações Unidas (ONU) somente em 1975, o Dia Internacional da Mulher começou a ser celebrada muitos anos antes. Em ensaio publicado para a revista Estudos Feministas da UFSC, a pesquisadora Eva Alterman Blay remonta a história desta data, afirmando que

É uma data que simboliza a busca de igualdade social entre homens e mulheres, em que as diferenças biológicas sejam respeitadas mas não sirvam de pretexto para subordinar e inferiorizar a mulher. (BLAY, 2001, p.601)

Entre os séculos XIX e XX, as condições precárias de trabalho fizeram as mulheres irem às ruas buscando, além de condições básicas de trabalho, o direito ao voto. A autora comenta que a Rússia e os Estados Unidos foram de extrema importância para as mobilizações. As mulheres começaram a reivindicar suas necessidades, pois

As trabalhadoras participavam das lutas gerais, mas, quando se tratava de igualdade salarial, não eram consideradas. Alegava-se que as demandas das mulheres afetariam a “luta geral”, prejudicariam o salário dos homens e, afinal as mulheres apenas “completavam” o salário masculino. (BLAY, 2001, p.601)

Segundo Blay, a primeira vez que se tem registro de uma proposta de Dia Internacional da Mulher foi por Clara Zetkin, integrante do Partido Comunista Alemão, em 1910 no II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas, mas sem uma data específica. Ela ainda afirma que o dia 8 de março propriamente entrou em pauta anos depois. Ainda que algumas pessoas remetam data remeta à um incêndio que ocorreu em março de 1911, em Nova York que vitimou 125 mulheres, a autora

afirma que essa correlação é falsa. Ao falar especificamente do Brasil, a data 8 de março ganhou notoriedade no período da Ditadura Militar.

O feminismo dos anos 60 e 70 veio abalar a hierarquia de gênero dentro da esquerda. A luta das mulheres contra a ditadura de 1964 uniu, provisoriamente, as feministas e as que se autodenominavam membros do 'movimento de mulheres'. A uni-las, contra os militares, havia uma data: o 8 de março. A comemoração ocorria através da luta pelo retorno da democracia, de denúncias sobre prisões arbitrárias, desaparecimentos políticos.

(BLAY, 2001, p.606)

2.2 A mulher e a sua representação na sociedade

Quando tratamos de representatividade da mulher em qualquer esfera social ou política, as teorias desenvolvidas no feminismo são cruciais para o entendimento desse trabalho. De acordo com Pinto (2010) o feminismo é um movimento que produz a sua própria reflexão crítica e sua própria teoria. Os primeiros aspectos políticos do movimento como conhecemos hoje, surgiu da luta pelo direito ao voto, na primeira metade do século XX.

No Brasil, o movimento feminista se desenvolveu em um ritmo diferente de outros países devido ao momento histórico e político que o país atravessava. O direito ao voto foi conquistado somente na década de 1930. Ainda segundo Pinto, o feminismo surge para falar sobre as relações de poder entre homem e mulher, e no âmbito político esta distinção se faz mais perceptível com a ausência feminina em diversas instâncias, uma vez que o homem não conseguiria representar a mulher em pautas pertinentes ao gênero. Com a consolidação do regime militar no país na década de 1960, o desenvolvimento de pautas libertárias e a luta de minorias foi diluída em um cenário de repressão e de profundas mudanças no país. Esta realidade só começou a mudar a partir da década de 1970 quando a população começou a se organizar novamente para combater o regime militar. Ao passo que Celi Regina Pinto ilustra a importância da representatividade de gênero na sociedade

Ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra a sua opressão. Somente nós mulheres organizadas autonomamente podemos estar na vanguarda dessa luta, levantando nossas reivindicações e

problemas específicos. Nosso objetivo ao defender a organização independente das mulheres não é separar, dividir, diferenciar nossas lutas das lutas que conjuntamente homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista.
(PINTO, 2003, p.54)

Após esse período conturbado da política do país, os anos 1980 trouxe novas pautas para o movimento feminista como violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo e orientação sexual (PINTO, 2010). Mais de 30 anos após a efervescência desses temas, muitos deles ainda não foram superados e continuando motivando a luta feminista e confirmando a falta de representantes nas esferas de poder capaz de dar voz para estas demandas.

Na segunda parte do artigo, Pinto (2010) delimita o seu estudo na presença de mulheres nos cenários políticos, afirmando que a simples presença de mulheres nesse meio não torna efetiva a representatividade necessária para se alcançar a igualdade de gênero, pois o simples fato de uma mulher ser eleita, deixa enraizado na sua imagem o peso de simplesmente ser mulher. Ou seja,

Quando uma mulher fala, sua fala tem uma marca: é a fala de uma mulher; quando uma mulher feminista fala, tem duas marcas, de mulher e de feminista. A recepção destas falas por homens e mulheres tende a ter a mesma característica, é a recepção de uma fala marcada, em oposição à fala masculina/universal. Se for a fala de uma mulher feminista, é o particular do particular.
(PINTO, 2010, p.20)

Ainda nesse contexto, a autora afirma que o espaço da política, não é um espaço a ser conquistado, mas um espaço a ser rompido e transformado, para que suporte as novas lutas sociais e de gênero (PINTO, 2010, p. 20). Para tanto, ela usa a concepção da filósofa norte-americana, Judith Butler, para justificar seu pensamento, afirmando que quando as mulheres se libertam da esfera privada, que resulta do velho modo de vida em que a mulher é dependente, ela se torna “menos mulher”, uma vez que ela deve se adequar ao ambiente no qual ela está inserida para sobreviver. Sendo

O espaço político, por ser o mais masculino dos espaços, é onde a mulher mais aparece como mulher e mais necessita ser menos mulher para ser candidata e ser eleita.
(PINTO, 2010, p.20)

Um dos fatores que pode contribuir para ausência da presença feminina é a dupla jornada de trabalho, como relata Miguel (2010) ao citar que as mulheres dispõem de menos tempo para desenvolver rotinas políticas, uma vez que é comum que elas sejam responsáveis por cuidar da casa além do trabalho formal que elas exercem em sociedade. Para ilustrar o seu pensamento, Miguel retoma o conceito de efeito doxa, de Bourdieu, teoria que afirma que a visão que temos do mundo social constrange nosso comportamento, de forma que naturaliza aquilo que pensamos. Utilizando esse conceito, é possível dizer que as mulheres não conseguem se libertar completamente das amarras sociais que a mantém em um papel secundário da sociedade.

Ligando esse argumento com a noção que temos de como o campo político é formado, como veremos posteriormente, é possível perceber como esse campo social não será facilmente transformado, uma vez que os protagonistas políticos são homens e não possuem em seus interesses a flexibilização desse campo social. Em um segundo momento, mesmo que as mulheres avancem dentro desse campo, elas deverão primeiramente atuar como agente transformador e, posteriormente, colocar em prática suas pautas políticas. Ainda que esse caminho seja longo, é fundamental que se permaneça as tentativas de entrar nesse, pois somente com a tensão desse espaço poderá ocorrer algum tipo de ruptura substancial, que efetivamente mude a realidade. Por ora, levaremos em consideração para a relação que faremos na análise de conteúdo dos discursos dos presidentes, a noção de que

Quando as mulheres são admitidas na esfera política, elas são associadas de forma automática às posições inferiores e, justamente por isso, sua capacidade de transformar as hierarquias do campo é reduzida. Para ascender às posições centrais, têm que se curvar às disposições dominantes.

(MIGUEL, 2010, p.43)

A crescente disseminação desses temas com enorme rapidez, principalmente se observarmos as redes sociais, e a instabilidade política que estamos vivenciando ao longo do período em que os discursos que iremos analisar estão inseridos, acentuou as diferenças políticas e deu espaço para diferentes discursos, contribuindo para a crescente onda de conservadorismo e a consequente

resistência de parte da população que acredita que o feminismo não busca a igualdade de gênero, mas a superação do masculino. É importante salientar aqui, que o movimento feminista não é unanimidade entre as mulheres, mas é inegável que a representatividade faz diferença. Sendo assim, conseguimos utilizar o conceito do “lugar de fala” nesta discussão e embora o termo não tenha sua origem especificada, é consenso o seu significado. Nesse sentido, ele determina que a minoria que sofre o preconceito, é a principal voz capaz de discutir sobre o tema em um debate, sendo protagonista do seu próprio movimento social. Somente uma mulher é capaz de discutir com propriedade sobre casos de estupro e violações diárias que normalmente são justificadas pelas roupas que veste ou por andar sozinha na rua, assim como somente um negro pode falar com total domínio do racismo e o como ele transforma completamente a sua realidade.

Essas percepções são necessárias para compreender a relevância que os movimentos sociais têm na composição política que temos hoje no país e que é objeto de estudo desse trabalho. Como citado no capítulo anterior, também iremos estudar pontos que enfatizam o papel secundário que a mulher acabou por desenvolver no capitalismo. A relevância do ponto de vista da filósofa e feminista Simone de Beauvoir. Ela traça no início de sua mais conhecida obra, *O Segundo Sexo*, que a mulher nunca esteve em igualdade com o homem e que, mesmo com a evolução de sua condição social, ainda pesa o os costumes desenvolvidos ao longo da história, exemplificando:

Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito do que suas concorrentes recém-chegadas. (...) O presente envolve o passado, e no passado toda a história foi feita pelos homens. (BEAUVOIR, 2016, p.17)

Baseada no contexto histórico, principalmente da sociedade ocidental, no que diz respeito às diferenças entre homens e mulheres, a autora coloca a mulher no papel do “outro”. Enquanto o homem é o que considerado o central e o correto em nossa sociedade, a mulher é considerada como tudo aquilo que está à margem. Enquanto eles dirigem os espaços públicos, elas permanecem no anonimato em

papéis secundários, garantido o bem-estar dos homens a sua volta, enquanto eles têm a função de manter a sociedade em constante mutação. Desta maneira podemos compreender o motivo pelo qual a maioria dos homens que são bem-sucedidos em praticamente todos os campos, pois eles são motivados a trabalhar e estudar para alcançar o sucesso e melhores posições de trabalho, enquanto as mulheres permanecem em posições mais baixas, como é comum vermos no mercado de trabalho, por exemplo.

Para justificar o seu ponto de vista, Beauvoir coloca que as duas classes¹ já eram bem definidas muito antes da sociedade se desenvolver para um formato mais próximo do atual, uma vez que o homem caçava e a mulher assumia o trabalho produtivo do lar, que consistia, entre outras coisas, em plantar e colher. Essa divisão seria acentuada – e um pouco modificada – na época feudal, com o surgimento da propriedade privada. Além do homem passar a ser dono da terra e ganhar o seu sustento, ele também passa a ser proprietário da mulher, pois nesta mesma época a força de trabalho essencialmente masculina e, para garantir que os casamentos de fato acontecessem, acordos financeiros passaram a ser comuns e conhecidos como o dote da noiva. Esse modelo serviu como base do relacionamento entre os dois gêneros no capitalismo patriarcal até a primeira metade do século XX, sendo

É o aparecimento da família patriarcal baseada na propriedade privada. Nessa família a mulher é oprimida. (...) A igualdade só se poderá restabelecer quando os dois sexos tiverem direitos juridicamente iguais, mas essa libertação exige a entrada de todo o sexo feminino na atividade pública. (BEAUVOIR, 2016, p.85)

A partir disso, o desenvolvimento da sociedade se deu de forma essencialmente masculina e o campo político repetiu esta característica de dominação, como um espelho da nossa sociedade. Com essa característica os homens passaram a respeitar somente os seus equivalentes de gênero, não só na sociedade, mas de maneira mais profunda em posições de poder, enquanto a mulher se consolidava sob a guarda desses homens, principalmente através do casamento, pois quando a mulher nasce ela fica sob constante vigilância e deve

1 Lê-se classes como homem e mulher

obedecer ao seu pai e seus irmãos e após o casamento é ao marido que ela deve prestar contas e respeitar acima de tudo. Sendo assim, Simone é perspicaz ao constatar que a história da mulher se confunde com a história da herança, pois o matrimônio se dava através do dote, uma espécie de permuta. A partir disso, a mulher sai de sua família e com esse pagamento passa a ser da família do marido. São com essas características que é possível perceber o sentido de propriedade que autora cita. A mulher não consegue se libertar dos entraves sociais de uma sociedade patriarcal e se vê obrigada a viver nesses moldes.

A transmissão de herança ao filho homem, enquanto a mulher é excluída da sucessão, também contribui fortemente para a desigualdade de gênero e econômica, como vimos anteriormente. Como são os homens que devem manter o nome e a família, a mulher acaba subtraída da lógica patriarcal. Além dos fatores econômicos, existem também os fatores sociais que desenvolvem essas diferenças entre homem e mulher. Conforme os homens são criados para assumir o papel de chefe e provedor da família, as mulheres nascem estereotipadas pela feminilidade compulsória que lhes é imposta pela sociedade patriarcal. Desde a maneira de se vestir, até a maneira como as mães são instruídas a fazer uma distinção entre a criação dos filhos pelo seu gênero, o chamado segundo sexo acaba sendo criado para ser a sensibilidade em meio ao mundo dominador masculino, enquanto os homens não serão bons o suficiente para assumir o seu papel de poder e chefe de família se for tratado com o mesmo carinho e delicadeza com que uma menina é criada. Conforme a autora exemplifica, enquanto a mulher é criada com afeto permanente em sua suposta fragilidade, o homem é criado para assumir as tarefas mais duras, portanto criado com menos afeto:

(...) é principalmente aos meninos que se recusam pouco a pouco beijos e carícias; quanto à menina, continuam a acariciá-la, permitem-lhe que viva grudada às saias da mãe(...)
(BEAUVOIR 2016, p14)

Levando em consideração que esse livro foi escrito na primeira metade do século XX, e segue inegavelmente atual, a autora salienta que, apesar dos avanços do feminismo, onde as mulheres estão sendo motivadas a quebrarem as barreiras

que lhes eram impostas, ainda há diferenças quando elas tentam alcançar o mesmo objetivo que os homens. A expectativa criada em torno do sucesso da mulher não é tão grande se comparado ao gênero oposto, bem como a maneira como são tratadas se falharem no percurso: enquanto o homem é cobrado por não conseguir, a mulher teria “a desculpa” de ser mais fraca para não ser bem-sucedida na tarefa.

Além disso, para Beauvoir (2016), um aspecto fundamental para essa distinção entre homem e mulher é a religião e sua influência na criação e no comportamento feminino. A importância que a instituição do casamento tem na forma como a mulher é vista na sociedade é crucial para o papel que ela cumpre na sociedade. É possível afirmar que isso é relevante até os dias atuais, pois uma mulher independente, solteira ou divorciada e em idade avançada não se encaixa nos padrões sociais.

Para aproximar do objetivo principal desse trabalho, resalto que a percepção de Beauvoir (2016) sobre a condição da mulher na cultura ocidental na época em que o livro foi escrito, ecoa na realidade do século XXI. Atualmente, a mulher pode escolher livremente com quem casar e a situação econômica passa a se modificar quando, gradualmente, a mulher passa a compor as finanças da casa e os avanços do feminismo passam a ser mais palpáveis, sendo visto como uma época de transição para as mulheres.

Para concluir o seu pensamento a autora argumenta que os deveres cívicos adquiridos pela mulher através do feminismo, como exercer o voto, não são suficientes para sair do seu papel de vassala.

Foi pelo trabalho que a mulher cobriu em grande parte a distância que a separava do homem; só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta. Desde que ela deixa de ser uma parasita, o sistema baseado em sua dependência desmorona; entre o universo e ela não há mais necessidade de um mediador masculino.
(BEAUVOIR,2016, p.503)

Ainda assim, Beauvoir (2016) reconhece que, ainda que a libertação ocorra nesse contexto, no sistema capitalista a mulher não será totalmente livre, pois ela

terá uma nova condição na estrutura social: a de trabalhadora, e atualmente exploração desta classe é que faz a economia girar. Em seguida, ela explica

Somente em mundo socialista a mulher, atingindo o trabalho, conseguiria a liberdade. Em sua maioria, os trabalhadores são hoje explorados. Por outro lado, a estrutura social não foi profundamente modificada pela evolução da condição feminina; este mundo, que sempre pertenceu aos homens, conserva ainda a forma que eles imprimiram. (BEAUVOIR, 2016, p.504)

Esse conceito de a mulher não ser totalmente livre no capitalismo, se mantém atual e reflete tanto o meio social quanto político, e a ausência da equivalência de direitos entre os sexos nesses dois campos possui uma profunda ligação, como veremos adiante.

3 FEMINISMO E O CAMPO POLÍTICO

As teorias do feminismo discutem amplamente a participação da mulher na política. Sendo assim, não seria possível discutir os espaços de inserção e de representação da mulher sem compreender o que elas significam e como elas se relacionam com o campo político.

3.1 A importância do feminismo na política

A obra de Miguel e Biroli (2014), *Feminismo e política: uma introdução*, também contribuiu imensamente para esse trabalho. Nele, os autores elucidam a dificuldade das questões de gênero na política e as diferentes vertentes do movimento feminista, trazendo conceitos de autoras nacionais e internacionais. Salientando que

Em certo sentido toda teoria feminista é política, na medida em que é fundante, no feminismo a compreensão de que os limites convencionais da política são insuficientes para apreender sua dinâmica real. Assim, a história, a sociologia, a antropologia ou a psicologia feminista tem inegável caráter político.

(MIGUEL E BIROLI, 2014, p.7)

Logo no primeiro capítulo, temos como tema central o movimento feminista e como ele é necessário para identificar situações de dominação e opressão vivenciada pelas mulheres. Contextualizando historicamente, citam o sufrágio universal como o ponto que difundiu com mais força o movimento que surgiu entre os séculos XVIII e XIX, que ganhou efetividade no século XX. Ainda em constante transformação, é um movimento que aglutina novas pautas, em cada barreira que a mulher encontra em sua formação.

Talvez o ponto discutido de maior relevância para a nossa análise, a discussão sobre o público e o privado também é abordada nesse livro. A latente separação do mundo feminino, acaba sendo um fator preponderante para a desigualdade de gênero. Trazendo referências teóricas das mais diversas vertentes da teoria feminista, podemos perceber que o público e o privado, ainda que tratados como mundos a parte na esfera social e política, eles estão atrelados quando percebemos que um interfere no outro no que diz respeito à representatividade da

mulher e como esses mundos foram moldados para que o homem tenha o seu papel bem estabelecido na sociedade². Cada uma destas esferas estaria representada de tal maneira

Na modernidade, a esfera pública estaria baseada em princípios universais, na razão e na impessoalidade, ao passo que a esfera privada abrigaria as relações de caráter pessoal e íntimo. Se na primeira os indivíduos são definidos como manifestações da humanidade ou da cidadania comum a todos, na segunda é incontornável que se apresentem em suas individualidades concretas e particulares. Somam-se, a essa percepção estereótipos de gênero desvantajosos para as mulheres. Papéis atribuídos a elas, colaboraram para que a domesticidade feminina fosse vista como um traço natural e distintivo, mas também como um valor a partir do qual outros comportamentos seriam caracterizados como desvios da natureza estaria na base das diferenças hierarquizadas entre os sexos.
(MIGUEL E BIROLI, 2014, p.32)

Nesse sentido, a família tradicional ganha uma nova importância para o debate entre gêneros. A mulher, sendo a cuidadora da família dilui a sua identidade nas relações familiares. O homem é visto como o provedor e chefe da casa, enquanto a mulher cuida do seu dia-a-dia e da manutenção do ambiente familiar, estabelecendo uma relação de autoridade tradicional. O papel do Estado é limitado na esfera privada, reconhecendo no homem a autoridade máxima. São essas percepções que contribuem para a manutenção de argumentos populares e equivocados nas mais diversas situações, como casos de violência contra a mulher onde a justificativa para o distanciamento dos problemas são frases comuns como "em briga de marido e mulher não se mete a colher". Sendo assim

A garantia de privacidade para o domínio familiar e doméstico foi vista, por isso, como uma das ferramentas para a manutenção da dominação masculina. A compreensão de que o que se passa na esfera doméstica compete apenas aos indivíduos que dela fazem parte serviu para bloquear a proteção àqueles mais vulneráveis nas relações de poder correntes.

2 “Se há algo que identifica um pensamento como feminista é a reflexão crítica sobre a dualidade entre a esfera pública e a esfera privada. Compreender como se desenhou a fronteira entre o público e o privado no pensamento e nas normas políticas permite expor seu caráter histórico e revelar suas implicações diferenciadas para mulheres e homens - contestando, assim, sua naturalidade e retensa adequação para a construção de realidades igualitárias. ” (MIGUEL E BIROLI, 2014, p31)

Serviu, também, para ofuscar as vinculações entre os papéis e as posições de poder na esfera privada e na esfera pública.
(MIGUEL E BIROLI, 2014, p.7)

Como veremos no capítulo de análise de conteúdo dos discursos, essa percepção do papel da mulher na esfera privada, baliza o ponto de vista de alguns presidentes em suas falas. Ainda nessa questão, os autores levantam a carga pejorativa que carregam as atividades domésticas, sendo percebidas como inferior na sociedade. Traçando um paralelo com o que Beauvoir (2016) escreve em *O Segundo Sexo*, a dupla jornada de trabalho é um fator determinante do papel da mulher na esfera pública. Por ter o seu tempo limitado e a sobrecarga das tarefas domésticas, o acesso à participação da mulher em ambientes como o da política se torna limitado, enraizando a noção de que esses espaços devem ser ocupados por homens³.

E é justamente discutindo o tópico de jornada de trabalho do homem e da mulher em um casamento convencional que os autores levantam a necessidade de redefinir essas esferas e a relação entre elas (MIGUEL E BIROLI, 2014, p.36) se certificando de que a mulher consiga transitar nesses dois ambientes.

Falando especificamente no campo político os autores ponderam que, apesar da mulher ter adquirido o direito ao voto e a necessidade de personas que de fato representam as demandas das mulheres, ainda não há uma efetiva representatividade no poder político e trazem dados relevantes como apenas 9% das cadeiras na Câmara dos Deputados serem ocupadas por mulheres.

Fica claro que a abolição das barreiras legais não representou o acesso a condições igualitárias de ingresso na arena política. Entraves de diferentes

3 "O feminismo mostra, assim, que é impossível deslocar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática. Faz sentido, assim, abandonar a visão de que a esfera privada e esfera pública correspondem a "lugares" e "tempos" distintos na vida dos indivíduos, passando a discuti-las como um complexo diferenciado de relações, de práticas e de direitos - incluídos os direitos à publicidade e à privacidade - permanentemente imbricados, uma vez que os efeitos dos arranjos, das relações de poder e dos direitos garantidos em uma das esferas serão sentidos na outra." (MIGUEL E BIROLI, 2014, p.33)

naturezas à participação feminina continuam em vigor. O insulamento na vida doméstica retira delas a possibilidade de estabelecer a rede necessária para se lançar na carreira política.
(MIGUEL E BIROLI, 2014, p.94)

Ou seja, mais uma vez temos a posição da mulher na esfera privada interferindo na sua efetiva participação na esfera pública. Como veremos ainda nesse capítulo pois,

Os padrões diferenciados de socialização de gênero e a construção social da política como esfera masculina, inibem, entre as mulheres, o surgimento da vontade de participar.
(MIGUEL E BIROLI, 2014, p.94)

3.2 O campo político e a disputa de forças entre homens e mulheres

Anteriormente vimos como a representação da mulher é dada no contexto social geral. A seguir, veremos como essa compreensão será importante para analisarmos futuramente o objeto desse trabalho. Para começarmos a entender o papel da mulher na política brasileira e analisar o espaço que o gênero possui no atual governo, precisamos definir o que é esse espaço e como ele será tratado ao longo desse trabalho. Desta forma, iremos resgatar o conceito de campo político de Bourdieu e as relações de força dentro desse espaço, sendo assim:

Falar de campo político é dizer que o campo político (e por uma vez citarei Raymond Barre) é um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular. É isso o que está contido na noção de autonomia: um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social.
(BOURDIEU, 2011, p. 194)

A entrevista do autor permite pensar a política a partir de um ponto de vista sociológico, e sendo o campo político um microcosmo dentro de um mundo social, é plausível supor que as discussões de gênero são igualmente relevantes dentro desse mundo particular e autônomo e dentro dele podemos caracterizar essas discussões como relações de força no campo, que pode ser caracterizado como

Um campo é um campo de forças, e um campo de lutas para transformar as relações de forças. Em um campo como o campo político ou o campo religioso, ou qualquer outro campo, as condutas dos agentes são

determinadas por sua posição na estrutura da relação de forças característica desse campo no momento considerado.
(BOURDIEU, 2011, p. 201)

Ainda que Bourdieu descreva o campo político como um espaço mais complexo, repleto de forças, podemos extrair essas definições e aplicá-las à nossa necessidade para melhor compreender como funcionam as relações de gênero dentro da política e como eles se dispõem como agentes de luta, cada lado defendendo a sua visão. O autor exemplifica essas relações a partir da atual divisão do trabalho, justificando que “as mulheres têm uma propensão muito menor do que os homens a responder às questões políticas (BOURDIEU, 2011, p.196). Ele ainda ressalta que há uma desigualdade de acesso ao campo político, fator crucial para compreender o motivo da disparidade de representações de gênero.

Além disso, haveria um conceito na sociedade atual que somente os atores políticos seriam passíveis de discutir a política. Sendo assim, podemos dizer que a ausência de mulheres nesse contexto contribui para a falta de pautas específicas e diminui o incentivo à participação feminina no campo. Dentro das funções que as figuras políticas deveriam desempenhar, Bourdieu salienta que “a noção de campo relativamente autônomo obriga a colocar a questão do princípio das ações políticas (BOURDIEU,2011, p.199). Ou seja, a partir do momento que as pessoas com posicionamentos distintos estão envolvidas nesse meio necessitam coexistir, é necessário encontrar um balanço entre as demandas dos eleitores, os outros integrantes do partido e os outros eleitos que compõem a instância de poder em que se encontra.

Levaremos adiante a ideia do autor de que um campo é estruturado pelas relações de força desenvolvidas dentro dele. Acredito que esta relação, esteja ligada aos interesses políticos dos autores, uma vez que o autor declara

Os interesses políticos de que eu falava há pouco tornam – se cada vez mais ligados ao pertencimento a um partido e, ao mesmo tempo, à reprodução de um partido e à reprodução assegurada pelo partido.
(BOURDIEU, 2011, p. 205)

Fazendo uma ligação com as manifestações que serão descritas ao longo do trabalho como catalisador dos acontecimentos históricos na política atual, é possível utilizar a visão do autor de manifestações internacionais em um contexto nacional nos protestos que resultaram na chegada de Michel Temer ao poder, por exemplo. Ele afirma que a efetividade dos movimentos sociais só foi possível pelo respaldo de pessoas com capital político. Desta forma as manifestações só se tornaram visíveis, pois os políticos descontentes com o resultado das eleições de 2014 participaram desse formato de organização coletiva, além do surgimento de novas lideranças e movimentos políticos.

Pensando no Estado como parte do campo político, as políticas públicas são parte fundamental para se observar no governo, principalmente se levarmos em conta o objeto de estudo desse trabalho. Ao abordar o tópico de desigualdade de gênero, as ações tomadas pelo poder público ganham uma nova importância. Políticas públicas podem ser caracterizadas como ações desenvolvidas pelo governo vigente para diminuir a disparidade social e solucionar conflitos para as camadas mais pobres da sociedade. São elas que garantem o acesso às condições básicas de vida para uma parcela da população que vivem à margem da sociedade, pelos mais variados motivos, sendo desenhadas pelo Estado para garantir que esta parcela mais vulnerável tenha saúde, moradia, educação, segurança, etc. Elas são direcionadas, sempre buscando um recorte de acessibilidade a camadas mais necessitadas, como forma de garantir que essa parcela da população siga produtiva para a manutenção da sociedade. No que diz respeito à disparidade de gênero essas políticas podem não ser direcionadas diretamente para as mulheres, mas elas priorizam o gênero levando em consideração o histórico entre homens e mulheres, como a dupla jornada de trabalho por exemplo.

Em artigo publicado na Revista Debates, os pesquisadores Allan Silva, Mota, Dornelas e Lacerda (2017), resgatam que a notoriedade das políticas públicas no Brasil apareceu com mais força no período da redemocratização, devido à instabilidade na economia deixada pela Ditadura Militar e que foi acentuada durante a década de 1990, período em que frágil democracia no Brasil vivia um período conturbado após o impeachment do então presidente Fernando Collor de Melo.

Nesse contexto, as políticas públicas caminham, inevitavelmente, ao lado da agenda política dos governantes e seus interesses ideológicos. Sendo assim identificar o espectro político no qual o governo está inserido é fundamental para analisar as políticas públicas. Essa questão se tornará palpável, mais adiante nesse trabalho, quando elencarmos as ações de cada governo voltada para as mulheres.

4 COMUNICAÇÃO E DISCURSO POLÍTICO

O discurso político enquanto dispositivo de comunicação, é uma ferramenta poderosa para formar opiniões e difundir o programa político dos governos. Desta forma, é necessário entender como os mecanismos da comunicação funcionam na política e como os discursos são trabalhados para apresentar as ideologias dos governantes.

4.1 Comunicação pública no campo político governamental

A fim de compreender a esfera da comunicação em que o objeto de estudo está inserido, precisamos entender a relevância da interação entre esses dois mundos. Sendo

A comunicação dos Estados democráticos é um dos dispositivos essenciais aos modos de governar, legislar e julgar, assim como as mídias são balizadoras dessa comunicação. A capacidade de comunicação dos poderes executivo, legislativo e judiciário obedece a estratégias políticas e institucionais relacionadas a obtenção de visibilidade pública, prestação de contas e disputas de opinião, apoio e votos. Essa comunicação – de Estado, política, pública e institucional – integraliza e disputa versões sobre os fatos políticos cobertos pela comunicação midiática.
(WEBER, 2011, p102)

A percepção que o público tem dos governantes, é fundamental para pavimentar a aprovação da figura política e determinar o apoio que ele terá e a capacidade de se aproximar do pensamento da maioria dos eleitores, pois

Instituições e sujeitos em funções públicas, legitimados pela escolha pública, dependem da repercussão de suas ações e seus discursos, da aprovação daqueles que dizem representar e da constituição de sua imagem pública. Para isso concorrem a comunicação que produzem, a comunicação midiática, as mediações e as opiniões de indivíduos e grupos.
(WEBER, 2011, p102)

A comunicação institucional é instrumento fundamental para difusão do programa de governo. É através dele que o presidente ou porta-voz do governo, passa suas convicções e principais temas a serem discutidos. Na maioria dos casos, esse representante costuma ser a figura máxima de cada instância. No caso do objeto desse trabalho, esta figura é representada através do cargo de Presidente da República.

A comunicação pública também se faz necessária como forma de prestação de contas para a população. É através de discursos e publicações oficiais do governo que é possível mensurar o que está sendo feito em cada gestão, como forma de suprir o interesse público

O Estado cumpre os princípios de comunicação pública regida pelo interesse público ao informar, explicar, disponibilizar, treinar, habilitar, ouvir e contribuir para o exercício da cidadania. Diferentemente da informação produzida pelas mídias, pelo jornalismo, a comunicação do Estado sempre é necessariamente estratégica, pois a política e a criação e circulação de produtos e discursos obedecem aos legítimos interesses das instituições do Estado e devem alcançar objetivos.
(WEBER, 2011, p105-106)

Para alcançar tais objetivos, cada esfera do governo elabora estratégias pertinentes para comunicar. De certa forma esse formato amplia a transparência (WEBER, 2011, p106) de informações, requerendo uma equipe de profissionais qualificados para sustentar esse sistema.

Para fortalecer a imagem pública de um governo uma série de produtos da comunicação pública do Estado são elencados de acordo com Weber (2011). São eles: publicização, debate público, prestação de contas, prestação de serviços, informações jornalísticas, mídias públicas, mídias sociais, propaganda e relações públicas. E é esse último que representa o objeto de estudo do trabalho, pois

Os eventos são planejados para dar visibilidade ao projeto político, partidário, governamental ou social. São estruturados para agendar a imprensa e, portanto, atrair a cobertura que qualifica os fatos e transformam os participantes em testemunhas.
(WEBER, 2011, p111)

Aqui, o evento em questão é representado pelo discurso político dos presidentes e as informações fornecidas nesses casos serviriam para fortalecer e referendar o projeto político em curso. Para ratificar esse discurso, Weber (2011) elenca oito estratégias que definem essa comunicação de Estado. São elas: visibilidade, credibilidade, autonomia, relacionamento direto, propaganda e imagem pública. Esta última seria a soma de tudo, pois

(...) a imagem pública entendida como estratégia e estruturada sobre a imperiosa necessidade de atores e instituições empenhados em obter essa imagem pública favorável, passaporte de ingresso na disputa eleitoral. (WEBER, 2011, p114)

Essa imagem pública se faz necessária para aumentar a credibilidade e a visibilidade do governo, transmitindo para o público a ideia de que a representação perante os seus eleitores é positiva. Ainda segundo Weber, esta representação do ator é o conjunto de dois modos:

A representação política, objetiva e tangível, pois vinculada à eleição ou ao lugar institucional conquistados, enquanto que a segunda é a representação simbólica, subjetiva e intangível, porquanto vinculada aos modos de representar a representação (política) em lugares de visibilidade pública. (WEBER, 2011, p115)

Desta forma é possível afirmar que, os discursos que serão analisados podem ser inseridos nesta combinação de representações, uma vez que eles transmitem o posicionamento e a percepção do governo sobre as pautas específicas das mulheres.

4.2 O discurso político

Uma vez definido que os discursos dos presidentes são considerados fundamentais para fins de representação pública⁴ se faz necessário explicar o motivo que leva o ato do discurso ser tão importante.

Todo ato de linguagem emana de um sujeito que apenas pode definir-se em relação ao outro, segundo um *princípio de alteridade* (sem a existência do outro, não há consciência de si). Nessa relação, o sujeito não cessa de trazer o outro para si, segundo um *princípio de influência*, para que esse outro pense, diga ou aja segundo a intenção daquele. Entretanto, se esse outro puder ter seu próprio projeto de influência, os dois serão levados a gerenciar sua relação segundo um *princípio de regulação*. Princípios de alteridade, de influência, e de regulação são fundadores do ato de linguagem que o inscrevem em um quadro de ação, em uma praxiologia do agir sobre o outro, (CHARAUDEAU, 2013, p.16)

4 Representação pública enquanto a soma da representação simbólica e representação política explanada por Weber (2011)

Levando em consideração o poder que a linguagem possui a partir do princípio de influência proposto por Charaudeau, os discursos se tornam uma ferramenta poderosa nas relações de poder do campo político, ao passo que

(...) todo o ato de linguagem está ligado à ação mediante as relações de força que os sujeitos mantêm entre si, relações de força que constroem simultaneamente o vínculo social.
(CHARAUDEAU, 2013, p.17)

No âmbito da política, vemos que a linguagem não está ausente de sua ação como o linguista salienta pois, esse espaço depende, invariavelmente de um espaço de discussão (CHARAUDEAU, 2013, p.18). Para que o ator político se firme enquanto formador de opinião, disseminando o seu programa político para a sociedade, se faz necessário um espaço de persuasão (CHARAUDEAU, 2013, p.19). Assim seria possível convencer a opinião pública da relevância e assertividade do seu posicionamento e forma de governar.

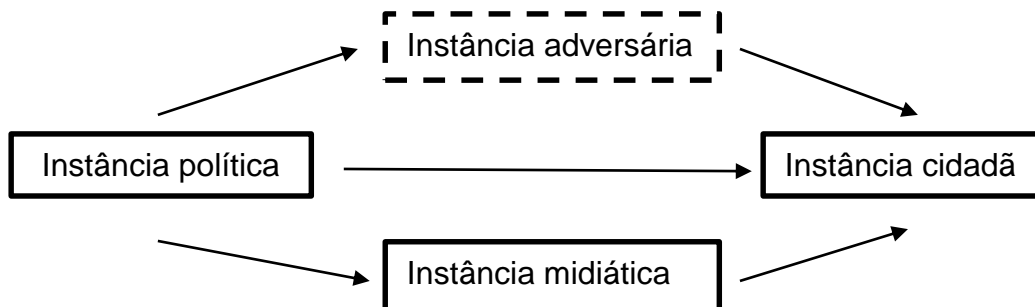
Fazendo a relação do discurso político com o campo político de Bourdieu, o autor afirma que

Todo discurso de constrói na intersecção entre um campo de ação, lugar de trocas simbólicas organizado segundo relações de força, e um campo de enunciação, lugar dos mecanismos de encenação da linguagem. O resultado é o que chamamos de “contrato da comunicação”.
(CHARAUDEAU, 2013, p.52)

Uma vez estabelecida a noção de contrato de comunicação, Charaudeau explícita que são as partes desse contrato, salientado que elas (as partes) são entidades humanas (CHARAUDEAU, 2013, p.55). Ele ainda destaca três lugares de fabricação do discurso político

No primeiro desses lugares se encontra a *instância política* e seu duplo antagonista, a *instância adversária*; no segundo, encontra-se a *instância cidadã* e, no terceiro, a *instância midiática*.
(CHARAUDEAU, 2013, p.55)

Figura 1



Fonte: (CHARAUDEAU, 2013, p.56)

A instância política se beneficia do poder do discurso, pois

A instância política encontra-se no lugar em que os atores têm um “poder de fazer” – isto é, de decisão e de ação – e um “poder de fazer pensar – isto é, de manipulação.
(CHARAUDEAU, 2013, p.56)

Segundo Charadeau (2013, p.59), a instância cidadã exerce um poder recíproco de influência sobre a instância política. Ou seja, uma alimenta a outra, a diferença nesse caso, fica por conta do poder legítimo da instância política, resultado da representatividade dos atores políticos. Já a instância midiática, é o elo que se vale de diferentes modos de mediação e serve para unir a instância política com a instância cidadã (CHARAUDEAU, 2013, p.62), verificando ou dando credibilidade ao discurso ao discurso político.

Aqui, a instância adversária possui as mesmas características da instância política, com uma diferenciação: ela parte da oposição, pois

Como a instância política, ela deve propor ao cidadão um projeto de sociedade ideal, deve tornar-se fidedigna e tentar persuadi-lo da legitimidade e da sua posição. A única diferença em relação a instância precedente reside no fato de que, estando ela na oposição, isto é, despojada de poder, mas representando, ao mesmo tempo, uma parcela da opinião cidadã, é levada a produzir um discurso sistemático de crítica ao poder vigente, que lhe é simetricamente retribuído.
(CHARAUDEAU, 2013, p.58)

Compreender o percurso do discurso político é fundamental para observar como a informação chega para o público. No que tange os discursos que serão analisados nesse trabalho, é a forma como a mulher é representada no discurso que parte da instância política, ou seja, dos discursos dos presidentes e de que maneira eles são percebidos na instância cidadã.

5 A REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NO GOVERNO DO BRASIL

Ao tratar do assunto de gênero na política para o nosso estudo, é imprescindível traçarmos um paralelo com o jornalismo político. Para esse fim, consideraremos o estudo de Biroli (2010) nesse segmento a partir da ideia de que

A sub-representação das mulheres nos espaços formais do poder político soma-se sua sub-representação na mídia, especialmente no noticiário político.
(BIROLI, 2010, p.272)

Assim como Beauvoir explica, Biroli (2010, p.273) esclarece que os estereótipos de gênero que são vistos nas mídias devem ser compreendidos como parte de uma dinâmica social diferente, onde homens e mulheres são hierarquizados de maneira diferente, sendo estes estereótipos fruto dos meios de comunicação.

Mais uma vez aqui entra como fator determinante para a autora, o fato da vida privada da mulher afetar a sua presença na política, um constante conflito que o gênero terá que passar e, caso escolha a política, terá de conviver com o julgamento moral de suas escolhas. Mesmo que a mulher faça parte do espaço político, ainda será esperado que ela trate de assuntos essencialmente femininos, criando mais um recorte de sua participação: ela fará política “de mulher” e não a política universal⁵.

Ainda que o assunto discutido nesse trabalho seja o perfil da mulher no campo político, mas sim a representatividade que a mulher tem dentro de um determinado governo, é interessante termos essa compreensão dentro do plano político e midiático, pois foi dentro desse contexto em que a política tradicional foi desenvolvida, e esse fator contribui diretamente como os políticos enxergam na sociedade a representação do feminino e perpetuam o estereótipo de gênero em seus discursos e suas ações, como será mostrado adiante.

5 Nesse contexto, a política universal é a política dos homens, da dominação masculina.

Apesar das mulheres representarem mais da metade da população, nossa sociedade essencialmente patriarcal ainda impõe que o papel da mulher seja secundário, fazendo-as priorizar as tarefas domésticas na dupla jornada de trabalho e mantendo estereótipos de que elas precisam constituir uma família e ser responsáveis pelos filhos e pelo cuidado com a família. Enquanto o homem fica responsável pela gestão financeira da casa, é o papel da mulher manter tudo em ordem. Esses estereótipos de gênero desencadeiam na política uma menor participação do sexo feminino, mesmo sendo maioria na sociedade, resultando em forças políticas essencialmente masculinas.

A percepção do papel da mulher no campo político é evidenciada por declarações dadas pelos representantes do Estado, como no objeto de análise desse trabalho. A exaustiva rotina dupla que as mulheres acabam desempenhando não permite que elas participem ativamente da política em todas as esferas da política, corroborando para a manutenção da maioria masculina. Esse cenário impede que projetos para o desenvolvimento social e econômico da mulher sejam desenvolvidos de acordo com as suas necessidades, buscando algum tipo de equiparação, pois muitas vezes não há a consciência - ou a perspectiva de que isso é algo essencial - entre os homens do quão urgente e necessário é a busca pela igualdade de gênero. A maior participação da mulher no campo político poderia possibilitar a qualificação na discussão de diversos tópicos presentes na sociedade, como casos de violência contra a mulher e a legalização do aborto, entre outros. A partir do momento que essas discussões sejam qualificadas pela maior participação da mulher, a presença da força feminina seria fortalecida no campo político, contribuindo para alcançar uma maior representatividade e equivalência de espaço.

No campo midiático a representação da mulher também é consideravelmente menor que a dos homens. Segundo Flavia Biroli (2010), ao analisar três revistas de alcance nacional, apenas 10,1% dos personagens citados nas publicações são mulheres, e este número é ainda menor quando se trata de pessoas do executivo ou do legislativo. Esses dados servem para elucidar como as mulheres podem ser representadas nos diferentes nichos da esfera pública. Mesmo com a possibilidade

de cotas de 30% serem reservadas para mulheres, dificilmente esse número será preenchido. Isso não se dá pelo argumento raso de que as mulheres não participam, pois não se interessam por política, mas sim porque não são criadas as condições necessárias para que ela participe, como exemplificamos com a dupla jornada. Além da baixa representatividade feminina, há também o grau de importância de seus temas e discussões. Enquanto os homens tratam de pautas gerais como economia, a mulher é direcionada a representar temas que reafirmam a condição do feminino, com pautas específicas para mulheres e dificilmente tratará de assuntos que englobam os dois gêneros.

Uma série de medidas e posicionamentos considerados conservadores dos últimos governos contribuíram para o crescimento da impopularidade das últimas gestões. Ao tratarmos do assunto específico desse trabalho, a falta de representatividade da mulher está presente neste contexto. Desde a posse é possível perceber a ausência de mulheres e o tipo de papel que ela desempenha nessa nova gestão.

5.1 Os governos enquanto espaço de representação

É inegável a curva conservadora que os principais países do mundo estão sofrendo. Cada vez mais presidentes com agendas de higienização social e pautas machistas estão figurando nos principais cargos de poder. No caso dos Estados Unidos, imigrantes sofrem com as políticas radicais de Donald Trump. Aqui no Brasil, desde o impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff, vemos o país entrar em uma enorme instabilidade política econômica e social.

Para ilustrar a representatividade das mulheres nos governos, vamos comparar a quantidade de mulheres presentes no primeiro escalão. Foram levantados o total de ministérios extraordinários ou não de cada governo, sem distinção de mandatos por representantes e o total de ministros e ministras efetivos, extraordinários e interinos.

Quadro 1 – Representatividade nos Ministérios

Presidência	Período	Ministérios	Homens	Mulheres
Fernando Collor de Mello	1990 - 1992	12 - 26	53	2
Itamar Franco (vice)	1992 - 1994	28	89	4
Fernando Henrique Cardoso	1995 - 2002	30 - 27	169	14
Luiz Inácio Lula da Silva	2003 - 2010	35 - 37	186	17
Dilma Rousseff	2011 - 2016	37 - 32	160	27
Michel Temer (vice)	2016 - 2018	23 - 39	100	11
Jair Bolsonaro	2019 -	22	23	3

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados extraídos na Biblioteca da Presidência da República e Estadão (2019)

No que diz respeito as mulheres nos governos, temos um incremento na representatividade nos governos considerados de esquerda. O presidente Lula e a presidenta Dilma, possuem os maiores números de representantes mulheres. Em 2019, no governo do presidente Bolsonaro considerado de extrema-direita no espectro político, temos a menor participação de mulheres desde de o primeiro governo eleito diretamente com o Presidente Fernando Collor. A primeira vez que vemos a chegada com força das políticas públicas e ações pensadas diretamente para as minorias do povo brasileiro é com a chegada de Lula ao poder.

Elegendo pela primeira vez um líder sindical, veremos a seguir os principais passos dos governos no que se refere à políticas para as mulheres e o combate à desigualdade de gênero e como isso se dá até a atual gestão do presidente Jair Bolsonaro.

5.1.1 Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT/2003-2010)

Em 2002, Fernando Henrique Cardoso era o então presidente do Brasil. Eleito pelo PSDB, seus quatro anos de governos foram de muitas incertezas pelas altas de desemprego e o aumento da dívida pública. Neste cenário, o futuro da economia passou a ser visto com desconfiança pelos investidores. O período de eleição transcorria e mais uma vez o líder sindical Luiz Inácio "Lula" da Silva iria disputar o cargo. Concorrendo com José Serra (PSDB) em um ano de incertezas, dois projetos estavam em disputa. Essa desconfiança dos investidores e a ascensão do Presidente Lula nas pesquisas de intenção de votos aumentou o índice do risco Brasil, que mede a confiança dos investidores para investir no país. O medo era que o candidato efetivamente ganhasse a eleição. Essa situação fez com que o Presidente Lula assinasse a Carta ao Povo Brasileiro, sinalizando que, caso vencesse a disputa, iria governar para todos os brasileiros e se comprometia em efetivar reformas como a da previdência e que não tomaria medidas unilaterais que representassem um grande impacto na política econômica do país.

Sendo assim, com eleição em dois turnos, no dia 27 de outubro de 2002, Lula foi eleito com 61,27% dos votos. Com a posse em 1º de janeiro de 2003, ele governou em dois mandatos e teve aprovação recorde da população durante o período. Foi durante este período que o Brasil passou por uma retomada econômica, diminuição dos índices de desemprego e criou políticas públicas que diminuiriam a disparidade social e a pobreza. De maneira generalista, seu governo ficou marcado por trazer grandes eventos esportivos, como os jogos Pan-Americanos e a definição de país sede da Copa do Mundo Fifa 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Ainda na economia, nomeou Henrique Meirelles como diretor do Banco Central do Brasil como forma de sinalizar que realmente não iria efetivar mudanças nas políticas econômicas. No que diz respeito às políticas sociais do período, vimos uma forte redução na taxa de pobreza.

Durante o seu primeiro mandato foi implementado o Fome Zero, posteriormente incluído no Bolsa Família. Um dos marcos das políticas públicas do período é o Bolsa Família, uma reformulação do Bolsa Escola, criado no governo

do FHC. Neste programa, famílias em situações extremas de pobreza recebem renda do governo, incentivando o consumo e a educação, beneficiando milhares de famílias. Durante o seu primeiro mandato foi implementado o Fome Zero, posteriormente incluído no Bolsa Família. Ainda criou o Programa Universidade para Todos em 2005.

Em 2006 o então presidente foi reeleito em segundo turno, disputando com Geraldo Alckmin (PSDB) e ganhando a eleição no dia 29 de outubro de 2006 com 60,83% dos votos. Logo no primeiro mês de seu novo mandato, lançou o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento e em 2009 lançou o Programa Minha Casa, Minha Vida. Pensando como estas políticas beneficiam as mulheres, elas são essenciais para combater a desigualdade de gênero e aplacar a vulnerabilidade das mulheres mais pobres, visto que no caso do Bolsa Família o dinheiro é sempre transferido para a mulher interferindo diretamente na dependência financeira que ela pode ter do seu marido. Já no Minha Casa, Minha Vida, posteriormente as mulheres passaram a ter preferência na assinatura da escritura no Governo Dilma.

Outra ação relevante para as mulheres, ainda em seu primeiro mandato, a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher foi transformada na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e oficialmente desvinculada do Ministério da Justiça, ganhando status de ministério, voltado exclusivamente para os direitos e a proteção da mulher. Já em 2006 um novo marco para combater a violência contra a mulher: a Lei Maria da Penha foi sancionada em 7 de agosto de 2006 pelo presidente Lula. Esta lei

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

(LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.)

A lei leva este nome, homenageando Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu inúmeros abusos e duas tentativas de homicídio pelo marido, ficando paraplégica.

5.1.2 Governo de Dilma Rousseff (PT/2011-2016)

Desenvolvida para suceder o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff disputou as eleições presidenciais em dois turnos em 2010, vencendo José Serra (PSDB) no segundo turno, em 31 de outubro de 2010) com 56,05% dos votos. Esta eleição carrega o peso histórico de eleger a primeira mulher presidente do país. Para marcar este fato, Dilma preferiu ser tratada ao longo dos seus dois mandatos como presidenta, termo aceito pela norma culta da língua portuguesa. No que tange a economia, ela manteve boa parte das práticas adotadas pelo governo anterior, embora os impactos da crise internacional já estivessem sendo sentidos desde 2008.

Na área social criou o Brasil sem Miséria, uma ampliação do Bolsa Família estabelecido ainda no governo Lula, e tinha como objetivo retirar milhões de pessoas da pobreza extrema no país. Ao final do seu primeiro mandato, o governo começou a demonstrar os primeiros sinais de desgaste após as jornadas de junho de 2013 e o início da Operação Lava-Jato em 2014, que apura um esquema de lavagem de dinheiro e propina, tendo como foco principalmente a Petrobras. Sob este difícil cenário de fragilidade do governo, desenhou-se uma forte polarização entre dois projetos políticos. Esta polarização refletiu-se no resultado acirrado das eleições. Com 51,64% dos votos Dilma Rousseff (PT) derrotou o candidato Aécio Neves (PSDB) por 3.459.963 votos de diferença, sendo eleita para o seu segundo mandato. Antes da posse do segundo mandato, insatisfeitos com o resultado das eleições, o PSDB entrou com um pedido cassação no TSE do registro de candidatura da Presidente eleita, Dilma Rousseff e do vice-presidente Michel Temer, requerendo que o candidato derrotado, Aécio Neves, assumisse a presidência. O processo teria como justificativa o recebimento de dinheiro de empreiteiras envolvidas um esquema de corrupção na Petrobras. A partir dessas alegações e do resultado com pouca diferença de votos nas urnas, os principais

partidos e movimentos de oposição do governo incentivaram parte da população a participar de manifestações anticorrupção e contra o governo.

O cenário político após a posse de Dilma em 2015 ficou marcado pelo crescimento desses protestos, que ganharam força no dia 8 de março de 2015 durante o pronunciamento sobre o Dia da Mulher feito pela Presidente. No discurso, Dilma falou sobre os problemas financeiros enfrentados pelo país, atribuindo as dificuldades à crise mundial e pedindo paciência para a população. Como resposta, alguns manifestantes nas principais capitais do Brasil bateram panelas e demonstraram os primeiros sinais do movimento pró- impeachment.

Ainda no primeiro ano do seu segundo mandato que mais uma lei de combate à violência contra a mulher foi sancionada: a Lei do Femicídio. A palavra feminicídio é utilizada para caracterizar que o crime tem recorte de gênero, ou seja, é cometido contra a mulher justamente pelo fato de ser mulher e as situações em que ela é colocada em situação inferior pelo sexo. Sendo

O feminicídio é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante.

(Relatório Final Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher, CPMI-VCM, 2013)

Nesta mesma época a Secretária de Políticas para Mulheres, criada no governo do Presidente Lula, foi vinculada ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Também ao longo do ano de 2015 por muitas vezes era possível ouvir, em alguns bairros das capitais, o áudio dos ‘panelaços’ protagonizados pela população em protesto aos pronunciamentos da presidente. O cenário político seguia profundamente instável com o aumento de força da operação lava jato deflagrada no ano anterior. Diversos representantes do governo figuravam entre os investigados, inflamando cada vez mais a população contrária aos escândalos de corrupção.

Como se não fosse suficiente a intensa crise moral e política vivida pelo governo Dilma/Temer à época, o país também era assolado pela maior crise econômica desde o Plano Real, chegando à assustadora queda consecutiva por dois anos de 3,5% do PIB em 2016. Com a economia em queda livre e o movimento de redução da taxa básica de juros para estimular o consumo, o país viveu novamente o medo da inflação - grande motivadora do primeiro impeachment da história de nosso país - que chegou a atingir mais de 10% no ano de 2015.

Com a imagem fortemente desgastada por tal combinação de fatores, no dia 2 de dezembro de 2015 ocorreu a formalização do pedido de impedimento sob alegações de crime de responsabilidade pela edição de decretos de crédito suplementar sem o aval do Congresso e em descumprimento da meta fiscal vigente, pedido este que foi aceito pelo então Presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha.

Durante o início de 2016 a sociedade se mobilizou para discutir o tema, que era assunto em praticamente toda a grande mídia nacional, as tais 'pedaladas fiscais' que seriam o motivo original do pedido de impedimento abriram também espaço para os diversos escândalos, as decisões tomadas no ensejo da macroeconomia e no eco gerado pelos protestos que tomavam as ruas das capitais do Brasil.

No dia 17 de abril a Câmara aprovou com 367 votos favoráveis e 137 contrários a continuidade do processo para o Senado. Em 12 de maio de 2016 o Senado aprovou a abertura do processo de impeachment por 55 votos favoráveis e 22 contrários. Como parte do processo de investigação, esta votação afastou Dilma Rousseff da Presidência resultando na interinidade do então vice-presidente Michel Temer por até 180 dias.

5.1.3 Governo de Michel Temer (PMDB/2016-2018)

No mesmo dia em que Dilma foi afastada do exercício da presidência, o então vice-presidente pelo PMDB assumiu provisoriamente a presidência como a

legislação determina e rapidamente tratou de anunciar a nova composição do seu governo.

Este rápido movimento de anunciar um novo governo evidenciou que a preparação do vice-presidente para assumir o governo do país iniciara muito antes do processo de votação do impeachment. Ainda em outubro de 2015, antes mesmo do aceite do pedido de impedimento da então presidenta Dilma, Michel Temer lançou um documento intitulado “Uma ponte para o futuro”, e que soava muito similar a um programa de governo. Programa este que seria colocado em prática apenas 6 meses após seu lançamento. Sob a argumentação de redução de custos, o presidente interino Michel Temer anunciou o corte de nove ministérios, ficando com somente 23 pastas vigentes. Nestas 23 posições, apenas homens brancos foram nomeados para os cargos do primeiro escalão.

Durante o primeiro mês do governo interino foram anunciados diversos cortes, muitos já previstos por analistas de mercado tendo em vista o programa de governo supracitado, destacam-se entre eles a medida provisória que visava congelar por 20 anos o valor dos investimentos realizados em áreas como saúde e educação. As medidas de cortes faziam parte de um plano anunciado em maio por Michel Temer e pelo então Ministro da Fazenda Henrique Meirelles, um dos principais pilares da nova composição de governo.

O plano de redução de despesas representado pela MP, tinha como principal objetivo reduzir o déficit público do governo. Com o alto déficit público o Brasil acabou perdendo o grau de investimento das grandes agências internacionais de rating econômico, o que gerou uma forte evasão de investimentos estrangeiros e intensificou ainda mais a crise. Em conjunto com os planos de reduções de despesas, o governo também anunciou que iria auditar programas sociais, cancelou o fundo soberano criado em 2009 e reinseriu os recursos no caixa da União. Em outras palavras nos primeiros meses do ainda interino governo, foram anunciados cortes em praticamente todas as áreas sociais sob o argumento do reequilíbrio das contas, embora o déficit siga ocorrendo em patamar crescente desde então.

No dia 31 de agosto de 2016, o Senado votou o impeachment e com 61 votos a favor e 20 contra decidiu afastar definitivamente a Presidente da República eleita em 2014 Dilma Rousseff. Ainda neste mesmo ano, o então presidente extinguiu a pasta do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e vinculou a Secretária de Políticas para mulheres ao Ministério da Justiça e da cidadania, perdendo o caráter social e sendo direcionado para o viés jurídico.

Embora um dos principais motivadores do impeachment tenha sido a corrupção do governo, esse elemento seguiu forte no governo subsequente, com diversos ministros e membros do alto escalão do governo sendo investigados ou até mesmo denunciados por corrupção. Em março de 2018 a Polícia Federal declarou a operação Skala, que prendeu diversas figuras próximas ao presidente entre eles o ex-assessor e advogado José Yunes, suspeitos de participarem de um esquema de favorecimento portuário a partir de decretos presidenciais. Temer teve uma brusca queda de popularidade ao fim do mandato, optando por não concorrer nas eleições de 2018.

5.1.4 Governo de Jair Bolsonaro (PSL/2019 -)

A agenda extremamente conservadora de Jair Bolsonaro (PSL), se baseou principalmente nos impactos que os escândalos de corrupção causaram durante o governo Temer. A sensação de polaridade política permaneça desde as eleições de 2014, e temos nesta eleição de 2018 o eco das Jornadas de Junho que aconteceram em 2013. O crescente descontentamento da população desde aquela época contra a “velha política”, termo popular que nomeia a forma como as alianças são feitas através de acordos. Bolsonaro vocalizou a vertente “anti-petista” de uma parcela da população que cresceu no processo de impeachment, principalmente pelas forças das redes sociais. A disseminação das *fake news*, foi um fator determinante neste processo eleitoral. Após uma mudança que vetou o financiamento de empresas privadas nas campanhas, as redes ganharam uma importância muito maior, abrindo espaço para a massificação de notícias falsas.

Em um período eleitoral marcado pelo episódio em que levou uma facada durante sua campanha e a ausência dos debates políticos, Bolsonaro foi eleito em segundo turno, disputando com Fernando Haddad (PT), com 55,13% dos votos. A principal característica do início do seu governo, é a forte presença de militares no primeiro escalão e ausência de mulheres e ações efetivas para as minorias.

Defensor de posicionamentos controversos, o atual presidente defende a o período de Ditadura Militar e normalmente criticando a luta pelos direitos das minorias, chegando a classifica-las como “coitadismo”. Com preceitos altamente populistas, seu governo de extrema-direita defende a disseminação das armas e defende a família tradicional, heterossexual como um bastião da moral do governo.

No que se relaciona ao papel da mulher, Bolsonaro é lembrado por afirmar no plenário da Câmara dos Deputados, que a Deputada Maria do Rosário (PT) não “merece ser estuprada” durante uma discussão. Também já afirmou em entrevista, que mulheres não devem receber o mesmo salário que homens, pois elas engravidam. Ainda durante um discurso diz que sua filha mais nova, nasceu mulher, pois teria dado uma “fraquejada”. Durante o seu atual mandato, criou o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, aglutinando todas as pastas que tratam das minorias e colocando a Ministra Damares Alves no comando da pasta. Sua escolha para comandar a pasta é controversa, pelo seu histórico religioso que interfere diretamente no conceito de um Estado Laico, que não tem a intervenção de religiões.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente capítulo visa apresentar os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da análise da representação dos discursos presidenciais. O tema proposto surgiu da necessidade de colocar no centro da discussão o papel que a mulher representa para os governante do país, ao passo que é essencial que os governos trabalhem para acompanhar os ideais de representatividade, além das mulheres serem mais da metade da população⁶.

Como colocado anteriormente, a situação de dominação masculina coloca as mulheres em situações adversas, se refletindo nos principais cargos no âmbito do Governo Federal. Essa necessidade, se tornou mais latente a partir da pesquisa exploratória do que estava sendo publicado na mídia e de maneira institucional. Com uma grande quantidade de material para ser estudado, optou-se por continuar a pesquisa exploratória apenas nos pronunciamentos oficiais dos presidentes.

A pesquisa histórico-descritiva foi essencial para contextualizar de onde parte a percepção da mulher de cada presidente estudado. Neste momento, levando em conta as particularidades de cada um, as nuances políticas e diferenças de gestão começaram a ser desenhadas e esclarecidas para a nossa futura análise. Já a pesquisa bibliográfica referendou a necessidade do tema em questão, a partir do momento que diversos autores convergem sobre a forma como a mulher é vista em nossa sociedade

Ainda neste capítulo serão abordadas as categorias para realizar a análise e o *corpus* estabelecido, colocando em prática a teoria que vimos até aqui.

6.1 Procedimentos de análise

Como vimos no capítulo que reflete sobre o feminismo, há uma constante necessidade de se colocar em discussão a participação da mulher na política e sua

6 Dados extraídos da PNAD-C (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua)/IBGE 2018, o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens. A população brasileira é composta por 48,3% de homens e 51,7% de mulheres. Acesso em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>

representatividade no espaço público. Em um primeiro momento foram vistos os discursos de todos os Presidentes da República na redemocratização. Pelo extenso material de análise em mãos, concluiu-se que um recorte deveria ser estabelecido, a fim de manter a qualidade da análise desse material. Sendo assim, os discursos escolhidos partiram da relevância das políticas para as mulheres dos mandatos em curso. Como o governo Lula criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, pode-se considerar que este governo teve uma significativa relevância na pauta de gênero, sendo considerado o marco inicial para definir o escopo desse trabalho.

A movimentação nos últimos anos na política nacional, mexeu profundamente no que diz respeito a representatividade e busca pela igualdade das minorias. As nuances ditadas por essas mudanças, também são relevantes para este estudo, uma vez que a política é a representação do que acontece na sociedade, como vimos anteriormente.

Em um segundo momento, categorias de análise foram definidas, no intuito de criar parâmetros e significar estes discursos, com o objetivo de cumprir a análise proposta para este trabalho, que permitiu o terceiro momento: classificar os discursos e as frases utilizadas pelos presidentes. Desta maneira a análise busca encontrar como as mulheres são vistas na sociedade e como isso é colocado por cada um.

6.2 Categorias de Análise

A partir dos conceitos expostos no referencial teórico e, tendo em vista o objetivo de identificar como a mulher é representada neste contexto, foram empregadas as seguintes categorias para classificar o sentido:

a) Qualificação: aqui é levado em consideração a maneira como cada presidente expõe o papel da mulher na sociedade, identificando elementos que reduzem o papel da mulher, colocando-a de forma secundária. Como vimos anteriormente, situações que as colocam como cuidadoras da casa, sem protagonismo na política ou em outros ambientes que não o lar, ou a caracterizam somente de maneira

afetiva. Desta forma, vamos classificar os discursos como: positivo, neutro ou negativo.

b) Tipologia: aqui, será destacada a forma como os presidentes retratam às mulheres e as caracterizações impostas, tais como: dona de casa, reprodutora, frágil, carinhosa, cidadã ou política.

c) Tom do discurso: nesta categoria será analisado como o ator político que está realizando o discurso entona o seu sentido. A partir disto, poderemos compreender se a sua fala se dá de maneira formal, sincera, irônica, incisiva, jocosa ou agressiva.

6.3 *Corpus* da pesquisa

O objeto de pesquisa foi definido a partir dos avanços na pesquisa exploratória. A escolha dos discursos comemorativos ao Dia Internacional da Mulher se deu pela carga histórica, como vimos anteriormente, que a data carrega e por ser o momento em que a mulher está em completo protagonismo na sociedade.

Os presidentes eleitos democraticamente, tem por hábito rememorar a data em suas falas. Ainda que este seja um fator relevante, para fins de análise desse trabalho optou-se por considerar apenas os últimos 4 presidentes em questão, uma vez que políticas voltadas exclusivamente para mulheres em maior quantidade, começaram a ser instituídas apenas durante o mandato do presidente Lula. Para definir quais discursos seriam analisados, também se levou em consideração o momento em que eles foram realizados. A partir disso, definiu-se que o primeiro ano dos mandatos de cada representante teriam maior significação para a análise, uma vez que as promessas e os programas das campanhas estariam em evidência logo após as eleições. Sendo assim, o *corpus* limitou-se aos seguintes itens:

Quadro 2 – *Corpus* da pesquisa: discursos analisados

PRESIDÊNCIA	EVENTO / DISCURSO	DATA	LOCAL
Luiz Inácio Lula da Silva	Cerimônia em comemoração ao Dia Internacional da Mulher	12/03/2003	Brasília-DF

Luiz Inácio Lula da Silva	Cerimônia em comemoração ao Dia Internacional da Mulher	07/03/2007	Rio de Janeiro-RJ
Dilma Rousseff	Cerimônia de início do Mês da Mulher: Trabalho e Cidadania	01/03/2011	Irecê-BA
Dilma Rousseff	Pronunciamento à Nação, no Dia Internacional da Mulher.	08/03/2015	Brasília-DF
Michel Temer	Cerimônia em Comemoração ao Dia Internacional da Mulher	08/03/2017	Brasília-DF
Jair Bolsonaro	Cerimônia alusiva ao Dia Internacional da Mulher	08/03/2019	Brasília-DF

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Biblioteca da Presidência da República (2019)

É válido ressaltar que, durante o primeiro mandato da Presidenta Dilma, houve uma dedicação especial com a data, comemorando todo o mês de março como o mês da mulher. No governo do Presidente Bolsonaro chama atenção para a nomenclatura oficial utilizada para o Dia Internacional da Mulher: perde-se o uso do termo “comemoração” e emprega-se o uso de “alusiva”, ou seja, que se refere ao dia, mas não o comemora, não se celebra a data.

7. OS DISCURSOS DA PRESIDÊNCIA

No presente capítulo serão apresentadas um parecer dos eventos acima relacionados, destacando os principais momentos dos discursos e como foi tratada a temática. Cada presidente terá o conteúdo do seu discurso exposto e, após, analisado com base nas categorias descritas no *corpus* da análise.

7.1 Discursos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Nestes discursos vemos o presidente Lula em dois momentos: eleito presidente do país após inúmeras tentativas desde as eleições diretas até o início do seu segundo mandato, quando já possuía recordes de aprovação e consolidava o seu programa de governo com forte apelo social.

7.1.1 Discurso no dia Internacional da Mulher, 12/03/2003 (1º mandato)

Durante o seu discurso, o presidente Lula resgata experiências prévias e pessoais que teve com o movimento feminista, criando um vínculo afetivo com a causa. Cita a desigualdade de gênero como um problema cultural, intrínseco da sociedade que vivemos, ressaltando a importância da educação sexual para homens e mulheres e citando situações precárias de mulheres que criam filhos sozinhas, para justificar as diferenças de gênero e o contexto em que as mulheres estão inseridas na sociedade. O presidente relembra a importância da data e as motivações históricas que levaram a essa comemoração, apontando que os pequenos avanços que as mulheres tiveram na sociedade não foram suficientes para alcançar a liberdade completa da mulher. O presidente Lula ainda referenda sua constatação trazendo dados concretos da "Fundação Perseu Abramo, do PT, que reafirma a desigualdade de gênero, como: mesmo os homens sendo maioria no que compete a prover financeiramente o lar, mulheres já contribuem com 45%. Mas que ainda 97% das mulheres chefiam tarefas domésticas e somente 18% dos homens colaboram com as suas companheiras.

Durante o seu discurso, o presidente Lula também relembra a primeira medida que diz respeito às mulheres no seu governo: a criação da Secretaria Especial de

Políticas para as Mulheres e o seu status de Ministério. O presidente reafirma a necessidade de combater a exploração sexual contra meninas e adolescentes e os perigos que as minorias como as mulheres indígenas e negras sofrem por estarem, majoritariamente em situações vulneráveis na sociedade. Novamente gera identificação com o tema, ao aproximar o discurso das mulheres de sua família, suas experiências pessoais e dos movimentos políticos e sociais que sempre participou.

Os trechos mais relevantes do discurso são os seguintes:

A. “Eu comecei com isso, para dizer a todos aqui, presentes, que nos problemas de gênero, além das questões dos direitos que temos que colocar nas nossas Constituições e na nossa legislação, como um todo, tem um problema cultural, um problema de prática, um problema de compressão que, se não for exercitado todo santo dia, e a gente ficar esperando a criação de uma lei, muitas vezes a lei será aprovada e será uma daquelas leis que não pegam”.

B. “Engana-se, também, quem pensa somente na mulher como trabalhadora remunerada. Ela já está no mercado de trabalho ou busca entrar nele. Mas a maioria das brasileiras acumula o trabalho fora, remunerado, ao trabalho doméstico, não pago”.

C. “O nosso governo vai enfrentar para valer essa situação. A primeira medida foi a de dar status de ministério à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. São elas que devem ser as protagonistas desse novo momento político do nosso país”. (Ver Anexo 1)

7.1.2 Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, 07/03/2007 (2º mandato)

Mais uma vez, o presidente Lula resgata as medidas que tomou durante o seu governo, como a Medida Provisória assinada para indicar a primeira mulher ministra no Superior Tribunal Militar brasileiro, a ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, além da criação de primeira turma de mulheres para serem pilotos da Força Aérea Brasileira, que ocorreu no final do seu primeiro mandato.

O presidente Lula também ressalta que a democracia somente será construída caso os homens compreendam a necessidade da igualdade. Repete, assim como no seu primeiro discurso, que os avanços necessários para a igualdade estão na lei, exemplificando através da lei Maria da Penha, também aprovada em sua gestão anterior, como isso se daria na prática. O presidente Lula traz novamente a questão da violência sexual sofrida por jovens adultas e a necessidade de educação sexual para conscientizar mulheres sobre possíveis formas de violência e de consequências, exemplificando com dados, como o abandono escolar por gravidez precoce entre meninas de 15 e 17 anos, cerca de 30%. O presidente finaliza o discurso, enfatizando a perpetuação de medidas de saúde pública, que poderão evitar casos de DST e proporcionar maior conscientização entre mulheres mais jovens e em situação de risco.

Os trechos mais relevantes do discurso são os seguintes:

A. “Eu queria dizer para vocês algumas coisas. Certamente, ainda falta muita coisa para a mulher conquistar a plenitude da igualdade no planeta Terra e no nosso País, mas certamente, se nós analisarmos os últimos 50 anos, nós vamos descobrir que as mulheres conquistaram espaços extraordinários em todas as atividades da vida deste País”.

B. “Portanto, é preciso mais que uma lei, é preciso que haja uma evolução na qualidade da massa encefálica que temos dentro do cérebro para compreender a importância da convivência paritária, igual, entre homens e mulheres, porque a violência contra a mulher é proibida por lei. No ano passado aprovamos a Lei Maria da Penha, que dá cadeia e não cesta básica para quem bater na mulher”.

C. “Por que é o dia da hipocrisia? Hipocrisia porque muitas vezes nós deixamos de debater os temas da forma verdadeira com que eles têm que ser debatidos, por puro preconceito, por pura... “ah, mas minha mãe não gosta, meu pai não gosta, a igreja não gosta, não sei quem não gosta””. (Ver anexo 2)

7.1.3 As mulheres nos discursos de Luiz Inácio Lula da Silva

Para analisar os dois discursos do presidente Lula, é importante ressaltar que há um intervalo de 4 anos entre eles. Poderíamos pensar que a linguagem do discurso mudaria, à medida que tivéssemos a evolução do governo, trazendo novos elementos que pudesse promover uma distinção entre os dois momentos. No entanto, não é o que percebemos nas duas citações. Em um dado momento os dois discursos se aproximam, na forma como o tema foi abordado e na maneira como falam sobre as mulheres, como veremos a seguir.

No primeiro discurso do Presidente Lula, em 2003, ele reconhece que há desigualdade entre os dois gêneros e a problemática da cultura machista que está embutida na criação dos homens. Exemplificando com situações vivenciadas durante a carreira como metalúrgico, o tom militante surge das constantes referências ao seu histórico nos movimentos sindicais. O presidente fala da necessidade de libertar as mulheres das amarras sociais que enfrentam, tratando principalmente da sua participação na esfera pública, da sua constante mudança de dona de casa para trabalhadora, até o seu protagonismo na sociedade, sendo elevada ao mesmo nível dos homens. O presidente Lula critica os altos índices de mulheres que desempenham tarefas domésticas sozinhas e aponta inconsistências que a desigualdade traz em diversos momentos. Como vimos anteriormente, o presidente também anuncia medidas do seu programa que contribuem para diminuir a disparidade entre homens e mulheres

Possivelmente para despertar o afeto do público e gerar identificação com sua linha de pensamento, o presidente Lula remonta a sua história pessoal e conta da jornada de sua mãe como uma mulher que cria os seus filhos sozinha. Ainda que o discurso seja avançado ao perceber as distinções entre os sexos, em um certo momento, o presidente evoca a sensibilidade da mulher como um atributo que irá provocar as mudanças necessárias, contribuindo para a cristalização do estereótipo de que a mulher é mais sensível que o homem.

Em seu segundo discurso como presidente, já em 2007, alguns trechos lembram o discurso do seu primeiro ano de mandato. A afirmação de que as

mulheres avançaram muito, mas ainda precisam conquistar mais espaço permanece na fala do presidente, além da premissa de que é o fator cultural que precisa mudar, mesmo com o governo realizando iniciativas que diminuem a desigualdade. O presidente ainda cita a aprovação da Lei Maria da Penha como uma das ações realizadas.

Neste discurso, perde-se o tom afetivo em sua fala, acentuando o discurso militante. Já não relaciona o tema com a sua vida pessoal, utilizando a temática como um mote para iniciar uma discussão sobre educação sexual de jovens adultos, abrindo espaço para anunciar medidas políticas e posicionamentos sociais. Sem melindres, afirma que o Dia Internacional da Mulher serve para combater a hipocrisia, deixando preconceitos de lado.

7.2 Discurso e pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff

Assim como nos discursos de Lula, semelhanças entre os seus dois discursos são encontradas. Também são identificados dois momentos políticos. O primeiro mandato, em que temos a continuação do programa de governo do presidente Lula e o segundo mandato, quando a capacidade de governar da presidenta está sendo colocada à prova pela oposição.

7.2.1 Discurso da presidenta Dilma Rousseff, 01/03/2011 (1º mandato)

A presidenta Dilma inicia o discurso falando do reajuste ao Programa Bolsa Família como parte da ação para acabar com a miséria conforme o slogan do seu governo "País Rico é país sem miséria". A presidenta ressalta que as mulheres estão tendo uma atenção especial dos programas sociais. Por esse motivo elas teriam a preferência para receber o cartão do Bolsa Família e acesso ao Programa Nacional de Agricultura Familiar, financiando trabalhos manuais que possam contribuir com a renda familiar.

A presidenta Dilma também afirma em seu discurso que a transformação social iniciada no governo de Lula será protagonizada por mulheres, pois elas teriam coragem e carinho para enfrentar a dupla jornada de trabalho. Atribui a estes

mesmos fatores a sua chegada à presidência, aproximando as suas experiências pessoais às mulheres brasileiras.

Os trechos mais relevantes do discurso são os seguintes:

A. “Eu queria também dar uma boa tarde especial às mulheres baianas aqui presentes. Com isso, eu não estou preterindo os nossos companheiros homens, mas é porque hoje é o primeiro dia do mês da mulher, o mês em que se comemora o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. E aí, também, porque apesar de nós sermos 52% da população e, portanto, as mulheres serem maioria, os outros 48% são nossos filhos e, aí, fica tudo em casa. Então, ao cumprimentar as mulheres eu estendo também o cumprimento a todos os nossos companheiros aqui presentes”.

B. “E, aí, eu quero me referir, aqui, à agricultura familiar, aos agricultores familiares, às agricultoras familiares. E lembrar que tanto no Bolsa Família quanto na agricultura familiar nós temos olhado com muito cuidado, com muito carinho para as mulheres. Porque as mulheres, elas são fundamentais quando se trata da família. Todo mundo aqui sabe que uma mãe, para deixar um filho sem dar de comer, ela... é quase impossível, ela prefere abrir mão da sua alimentação para o seu filho comer. Por isso as mulheres são aquelas titulares que nós preferimos para receber o cartão do Bolsa Família”.

C. “E, aí, eu deixo para vocês a minha fala: carinho e coragem. Esses dois são, eu acho, a marca da mulher brasileira e da mulher baiana”. (Ver anexo 3)

7.2.2 Pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff, 08/03/2015 (2º mandato)

Novamente a presidenta inicia o discurso afirmando que as mulheres são o coração e a alma do país, levando o tema para um campo mais afetivo. A presidenta Dilma aproveita o momento para comentar que o Brasil está passando por problemas conjunturais, e pede confiança nas medidas de superação do governo, citando medidas econômicas para resolver os problemas gerados na crise internacional. Retomando o tópico para as mulheres ao encerrar o discurso, a presidenta Dilma afirma que irá sancionar no dia seguinte a Lei do Femicídio "que

transforma em crime hediondo, o assassinato de mulheres decorrente de violência doméstica ou de discriminação de gênero”.

Podemos perceber aqui um discurso enxuto, onde começamos a ver os traços de crise da época, que apontaram para o seu impeachment no ano seguinte.

Os trechos mais relevantes do discurso são os seguintes:

A. “Hoje é o Dia Internacional da Mulher. Falar com vocês mulheres - minhas amigas e minhas iguais - é falar com o coração e a alma da nossa grande nação. Ninguém melhor do que uma mãe, uma dona de casa, uma trabalhadora, uma empresária, é capaz de sentir, em profundidade, o momento que um país vive”.

B. “É uma boa hora para que eu tenha uma conversa, mais calma e mais íntima, com cada família brasileira - e faça isso com a alma de uma mulher que ama seu povo, ama seu país e ama sua família”.

C. “Por último, quero anunciar um novo passo no fortalecimento da justiça, em favor de nós, mulheres brasileiras. Vou sancionar, amanhã, a Lei do Femicídio que transforma em crime hediondo, o assassinato de mulheres decorrente de violência doméstica ou de discriminação de gênero. Com isso, este odioso crime terá penas bem mais duras. Esta medida faz parte da política de tolerância zero em relação à violência contra a mulher brasileira”. (Ver anexo 4)

7.2.3 As mulheres nos discursos de Dilma Rousseff

Em um primeiro momento, a presidenta Dilma coloca a mulher enquanto extensão dos homens ao afirmar que ao cumprimentar as mulheres, estende este cumprimento aos homens, já que eles são filhos de mulheres.

O tom afetivo do discurso fica evidente ao afirmar que está se direcionando as mulheres de forma carinhosa. Resgata novamente esta afetividade ao falar que os programas sociais têm um olhar cuidadoso e carinhoso para as mulheres, pois seriam elas que cuidam das famílias. Aqui vemos um reducionismo do papel da mulher em sociedade. A presidenta Dilma não cita políticas nem declara que há a

necessidade de equiparar homens e mulheres. Coloca os benefícios dos programas sociais como um auxílio para a mulher que trabalha e cuida dos filhos e da casa, não como uma ferramenta de empoderamento, descrevendo como características da mulher o carinho, a coragem, a proteção, o apoio e o incentivo que elas dão. Caracterizando essas qualidades como intrínsecas à mulher. Aqui vemos a realização do que Beauvoir (2016) comenta: o fato de que, nesta sociedade, as mulheres são criadas para serem delicadas, desenvolverem suas características emocionais, enquanto o homem seria criado tendo o seu lado racional desenvolvido.

O caráter político e histórico do Dia Internacional da Mulher não é resgatado neste discurso da presidenta Dilma, reforçando o papel secundário que a mulher tem na esfera pública, ao servir como apoio ou incentivo para o progresso do país.

Para analisar o segundo discurso da presidenta Dilma, é importante destacar que os primeiros sinais de desgaste político estavam surgindo. Após as Jornadas de Junho de 2013, a divisão do país começou a se desenhar. Após ter sido eleita com uma pequena diferença de votos, como vimos anteriormente, a legitimidade do governo começava a ser posto à prova. Tendo isso em vista, este segundo discurso serviu mais ao propósito de força simbólica e disputa de poder (CHARAUDEAU, 2013, p.79).

No que diz respeito às mulheres, a presidenta Dilma novamente traz a caracterização afetiva na sua fala, colocando a mulher como “a alma e o coração do país” e, ao querer se aproximar dos eleitores, evoca a sua “alma de mulher” para gerar empatia ao público. Em mais da metade de seu pronunciamento, a presidenta lista ações para combater a crise financeira, citando cortes e medidas do governo, como forma de referendar o seu governo.

Somente ao encerrar sua fala a presidenta Dilma cita novamente as mulheres e o Dia Internacional da Mulher ao informar que a Lei do Femicídio será sancionada no dia seguinte. Aqui vemos um apagamento da importância da data e das relações desiguais entre os gêneros.

7.3 Discurso do presidente Michel Temer, 08/03/2017

O presidente Temer inicia seu discurso tratando a data como uma recordação anual da luta das mulheres por direitos iguais. Mesmo com o seu governo não contando com nenhuma mulher em seu primeiro escalão logo após a sua posse, o presidente ressalta que a falta de representatividade na política existiu com mais força até o momento em que a mulher passou a exercer o direito ao voto. O presidente também comenta que a sociedade só é boa pela formação que a mulher dá ao seu filho em casa e na sua criação. Ao citar medidas políticas, o presidente Temer relembra a criação da primeira Delegacia da Mulher por volta de 1985, enquanto foi Secretário de Segurança Pública em São Paulo. Como reconhecimento da inserção da mulher no Estado, cita a Constituinte de 1988, que declara que "homens e mulheres são iguais em direitos e deveres". Neste contexto comenta que o Plano Nacional de Segurança Pública, tem como pilar o combate ao feminicídio e a violência contra a mulher.

Ao falar da participação da mulher na economia, o presidente cita sua colaboração no controle do orçamento doméstico ao observar as alterações de preço no supermercado. Também comenta que a mulher tem mais condições de procurar emprego no seu governo, além de seguir cuidando dos afazeres domésticos.

O presidente Temer resgata que, enquanto presidente da Câmara dos Deputados, criou a Procuradoria Parlamentar da Mulher e que uma deputada teria direito a lugar e voto na reunião de líderes e finaliza o discurso afirmando que "força motriz mais relevante do exercício da cidadania brasileira, está nas mulheres".

Os trechos mais relevantes do discurso são os seguintes:

A. "Eu digo isso com a maior tranquilidade, porque eu tenho absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela, o quanto a mulher faz pela casa, o quanto faz pelo lar, o que faz pelos filhos. E, portanto, se a sociedade de alguma maneira vai bem, quando os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada educação e formação em suas casas. E seguramente isso quem faz não é o homem, isso quem faz é a mulher".

B. “E digo com toda franqueza, isso tudo é fruto do movimento das mulheres. É da compreensão dos homens, vamos dizer assim, mas do movimento muito entusiasmado, muito persistente, muito consistente, muito argumentativo até, das mulheres brasileiras”.

C. “De modo que, ao longo do tempo as senhoras, as mulheres, deram uma colaboração extraordinária ao nosso sistema. E hoje, como as mulheres participam em intensamente de todos os debates, eu vou até tomar a liberdade de dizer que na economia também, a mulher tem uma grande participação. Ninguém mais é capaz de indicar os desajustes, por exemplo, de preços em supermercados do que a mulher. Ninguém é capaz de melhor detectar as eventuais flutuações econômicas do que a mulher, pelo orçamento doméstico maior ou menor”. (Ver anexo 5)

7.3.1 As mulheres no discurso de Michel Temer

Assim como no discurso da presidenta Dilma, saliento aqui o cenário político diferenciado da época. Neste momento, Michel Temer assumia a posição de Presidente da República após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Este fato, é de suma importância para a nossa análise, uma vez que a única mulher eleita presidente do país não terminou o seu mandato.

A crise política foi uma constante no governo Temer. No que cabe ao tema desse trabalho, um dos primeiros temas de discussão foi o fato de não ser anunciada nenhuma mulher para o primeiro escalão do governo. Isso se reflete no posicionamento do discurso em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Ainda que o presidente Temer reconheça a disparidade entre os gêneros e a necessidade de seguir buscando espaços e oportunidades de igualdade, ele coloca o protagonismo da mulher na sociedade no seu papel de esposa e cuidadora da casa.

Ao afirmar que o seu papel enquanto mãe, esposa e responsável pela criação e educação dos filhos é o fator que deve levar a mulher ao primeiro grau da sociedade, o presidente Temer contribui para a perpetuação do papel da mulher na

esfera privada, sem nenhuma participação na esfera pública. O presidente ainda afirma que o sufrágio universal é o responsável pela equiparação na representação política, desconsiderando a necessidade de representantes políticas dos dois gêneros em todas as instâncias de poder. Durante o discurso há uma tentativa de criar empatia do público ao citar sua esposa e sua família, não sendo desdobrada no restante de sua fala. O presidente cita que a participação da mulher no sistema econômico se dá por saber os preços do supermercado e do orçamento doméstico, mais uma vez diminuindo o papel da mulher como uma cuidadora do lar e enfatiza este posicionamento ao não criticar a dupla jornada de trabalho, mas falando que o trabalho é uma atividade secundária ao afirmar que “além dos trabalhos domésticos” elas também podem ter este papel.

7.4. Discurso do presidente Jair Bolsonaro, 08/03/2019

O presidente Bolsonaro inicia o discurso afirmando que ama todas as mulheres, especialmente sua mãe, mulher e filha. O presidente lembra de uma passagem da Bíblia, que afirma que a mulher nasceu a partir da costela do homem e que a partir disso todos os homens nasceram. O presidente Bolsonaro cita que a mulher sábia edifica o lar, sendo importante para o seu país nesse formato, afirmando que a constituição familiar seria o futuro do país. O presidente Bolsonaro ressalta que todos devem buscar uma família consistente, pois só assim é possível construir uma nação. No que diz respeito aos movimentos políticos em relação à mulher, o presidente afirma que a sua estrutura ministerial está equilibrada, pois em vinte e dois ministérios há duas mulheres ministras, e elas equivalem a dez homens.

Os trechos mais relevantes do discurso são os seguintes:

A. “A mensagem que eu quero transmitir a vocês, para quem é cristão, o homem, de sua costela veio uma mulher, e a partir desse momento, pela graça de Deus, de vocês, vieram todos os homens”.

B. “Não existe um homem que possa fazer uma política séria se não tiver, não ao seu lado, mas junto de si uma mulher com os mesmos princípios”.

C. “Então, e também antes de concluir, dizer que pela primeira vez na vida o número de ministros e ministras está equilibrado em nosso governo. Nós temos vinte e dois ministérios, vinte homens e duas mulheres. Somente um pequeno detalhe, cada uma dessas mulheres que estão aqui equivalem por dez homens”. (Ver anexo 6)

7.4.1 As mulheres no discurso de Jair Bolsonaro

Desde o seu período como Deputado, o atual presidente Jair Bolsonaro, é conhecido por se posicionar de forma contrária às minorias e não reconhecer movimentos sociais. Primeiramente, em seu discurso destaca-se o fato de não ser uma cerimônia em homenagem ao Dia da Mulher, como nos outros presidentes, mas uma cerimônia alusiva, ou seja, relacionada à data em questão. Em um segundo momento, o seu discurso chama a atenção por não ser essencialmente relacionado a política, mas por conter um forte conteúdo religioso.

Aqui, não há o reconhecimento da diferença entre os dois gêneros, mas a colocação da mulher no centro da unidade familiar. O presidente Bolsonaro fala da importância da mulher, evocando o surgimento da mulher a partir da costela do homem, nascendo para reproduzir outros homens. A mulher é novamente colocada no papel de mãe e responsável pelos cuidados do homem, ao afirmar que os homens só conseguem fazer política com “os mesmos princípios”. Em tempo, o tom jocoso do seu discurso é evidenciado no momento em que afirma que a representação de homens e mulheres está equilibrada em seu governo, pois há duas mulheres ministras e 20 homens, dizendo que estas valem por 10.

7.5. A Relevância dos Discursos Presidenciais

Tendo em vista o que foi exposto em cada discurso e o referencial teórico dado neste trabalho, se torna mais fácil compreender o sentido dado ao discurso de cada presidente, mas também é necessário compreender o poder que o discurso tem, enquanto instrumento de comunicação. Este poder, fica mais evidente quando levamos em consideração que esses discursos carregam o peso do mais importante

cargo de representação política. Resgatando o estudo desenvolvido por Charaudeau (2013) das relações entre a instância política e a instância cidadã:

(...)a instância política estabelece com o seu parceiro principal, a instância cidadã, relações diversas segundo a maneira como a imagina: como um público heterogêneo, quando se trata de dirigir-se a ele por meio das mídias; como um público cidadão, que tem opinião, quando se trata de fazer promessas eleitorais; como um público-militante, que já tem orientação política, quando se trata de “mobilizar” os filiados.

(CHARAUDEAU, 2013, p.57)

Sendo assim, podemos notar na fala de cada presidente, o direcionamento do seu discurso para os seus eleitores, como uma forma de prestação de contas que a linha do governo segue a mesma do período eleitoral. Há uma tentativa de legitimas as suas novas posições no diálogo proposto pelos governantes.

Na instância cidadã, há também o impacto da instância midiática, uma vez que esses discursos são recebidos pela mídia, que por sua vez relança os discursos para o público sob um novo olhar, levantando questionamentos. As reações que os discursos causam na instância midiática influenciam a questão da representação da mulher, podendo dar força as discussões ou negando a importância de se debater sobre o tema.

Charaudeau também faz uma reflexão pertinente da importância que um discurso político e da força que ele tem para a população

Temos dificuldade em aceitar que em uma democracia o povo vote em um político mais em razão de sua imagem e de algumas frases de efeito que ele ou ela profira do que em razão de seu programa político. Entretanto, o comportamento das massas depende daquilo que as reúnem sob grandes denominadores comuns: discursos simples portadores de mitos, de símbolos ou de imaginários que encontram eco em suas crenças; imagens fortes suscetíveis de provocar uma adesão pulsional.

(CHARAUDEAU, 2013, p.78)

Desta forma, o linguista explicita que o sujeito político deve passar credibilidade e ser persuasivo (CHARAUDEAU, 2013, p.79), pois

Sendo a política um domínio de prática social em que se enfrentam relações de força simbólicas para a conquista e a gestão de um poder, ela só pode ser exercida na condição mínima de ser fundada sobre uma legitimidade adquirida e atribuída.

(CHARAUDEAU, 2013, p.79)

Relacionando a prática do discurso enquanto ferramenta de poder, podemos dizer que os presidentes usam a influência do discurso para consolidar apoiadores e reproduzir a agenda política do governo para a instância cidadã, buscando referendar os seus posicionamentos na opinião na pública.

Sendo assim, vamos analisar os impactos dos discursos para a representação da mulher. No quadro a seguir, vamos identificar as categorias observadas em cada um deles:

Quadro 3 – Análise das categorias

PRESIDENTE	TIPOLOGIA MULHER	TOM DO DISCURSO	QUALIFICAÇÃO
Luiz Inácio Lula da Silva (1º mandato)	Forte Cidadã	Militante Afetivo	Positiva
Luiz Inácio Lula da Silva (2º mandato)	Forte Cidadã	Militante Agressivo	Neutra
Dilma Rousseff (1º mandato)	Corajosa Carinhosa	Afetivo	Negativa
Dilma Rousseff (2º mandato)	Amiga Do lar	Afetivo	Negativa
Michel Temer	Do lar Mãe Frágil	Indiferente Formal	Negativa
Jair Bolsonaro	Reprodutora Frágil	Jocoso Religioso	Negativa

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Ao verificar as categorias, podemos perceber que independente do espectro político a qualificação da mulher se dá quase sempre como negativo. Isso ocorre

pela recorrência de afirmações que colocam a mulher em um segundo grau na sociedade. Ainda que em seu primeiro discurso, o presidente Lula reforce a necessidade de igualdade de gênero, no seu segundo discurso essa característica é deixada de lado para falar de assuntos como a educação sexual de adolescentes.

Traçando um comparativo com a presidenta Dilma, uma vez que fazem parte do mesmo partido e os programas de governo foram semelhantes, há uma diferença na abordagem do discurso. A presidenta Dilma acaba recorrendo frequentemente a adjetivos que estereotipam a mulher. Ao utilizar termos como carinhosa, a presidenta coloca como característica inerente ao gênero, colocando sensibilidade à frente da racionalidade, o que é visto em nossa sociedade como uma característica de fraqueza. Isso se repete no discurso do seu segundo mandato ao colocar a mulher como amiga, colocando mais uma vez a mulher enquanto ser emocional e não racional, como seria com os homens.

As representações do presidente Temer e do presidente Bolsonaro são ainda mais taxativas. Embora o presidente Temer reconheça que há uma desigualdade de gênero, o tom formal e indiferente do seu discurso faz com que a afirmação perca força, pois se sobressaem os momentos em que coloca a mulher no seu papel de dona de casa que sabe os preços do supermercado. Já o discurso do presidente Bolsonaro leva a mulher para o viés religioso, a colocando como motivador da força do homem. Ao colocar o feminino como produto do masculino, o presidente Bolsonaro indica que a identidade da mulher é dependente da identidade do homem, retirando a independência do gênero e diminuindo a busca pela criação de uma imagem forte da mulher. Desta forma, o presidente reitera os conceitos da sociedade patriarcal que vemos com Beauvoir (2016).

Em aspectos gerais do discurso, é possível perceber que a cada discurso analisado o tempo diminui. Enquanto o arquivo do discurso do presidente Lula possui 6 páginas, a íntegra do discurso do presidente Bolsonaro possui apenas trinta e três linhas. Nota-se também, a diminuição do caráter político do discurso ao longo de cada governo. Ao passo que o presidente Lula ilustrava seus discursos com dados, a presidenta Dilma citava algumas ações e políticas públicas. Já o

presidente Temer comentou bastante sobre o perfil histórico do Dia Internacional da Mulher, e falou da mulher apenas como uma dona de casa, sem papel na esfera pública. No que diz respeito ao discurso do presidente Bolsonaro, temos uma ausência de referências políticas. Aqui elas são substituídas por referências religiosas, tirando qualquer traço de independência da mulher, a colocando sob a guarda do homem, como um anexo de sua vida familiar.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou seis discursos relacionados ao Dia Internacional da Mulher, a fim de verificar o modo como o gênero feminino é representado pelas maiores figuras políticas do país, levando em conta o tom do discurso e como o papel da mulher era descrito na sociedade.

Com o intuito de atingir o objetivo geral da pesquisa, foi preciso entender como estes atores políticos transmitiam o discurso, de modo que pudessem influenciar de alguma maneira o público. Nesse sentido, foi de suma importância entender o contexto em que estes governos estavam inseridos, para que pudessemos compreender o impacto que suas percepções em relação ao gênero feminino teriam nas ações que eles se propuseram a efetivar para combater a desigualdade de gênero.

Tendo como base as diferenças de gênero embasadas pela pesquisa bibliográfica, vemos que, independente do espectro político no qual cada presidente está inserido ainda há a dificuldade de se discutir na esfera pública a desigualdade de gênero.

É possível observar que nos governos considerados de esquerda, como o de Lula há uma maior difusão da necessidade da participação da mulher na sociedade sem distinções. Como reflexo da curva conservadora que o Brasil está passando, os discursos transmitem, de forma decrescente, a participação feminina na sociedade fora do papel de mãe ou cuidadora do lar.

Entender a cristalização dos papéis dos homens e das mulheres na sociedade como algo intrínseco da cultura patriarcal na qual estamos inseridos é preceito fundamental para reconhecer o motivador para ausência da mulher na política e nos principais papéis desempenhados na sociedade. Como afirma Beauvoir (2016, p.85), somente com as mulheres participando da atividade pública será possível a libertação.

Ao falar da dominação simbólica no ambiente familiar, perpetuada na esfera privada, Miguel e Biroli (2014, p.7) referendam a posição de que a mulher ainda não é bem vista ao participar da esfera pública, por prejudicar a sua vida em família. Esta afirmação fica ainda mais visível no discurso de Jair Bolsonaro, onde, embasado pelo conteúdo religioso do seu discurso, apaga qualquer possibilidade da participação da mulher na esfera pública. Tendo em vista a definição de campo político de Bourdieu (2011, p. 194), um microcosmo que reflete a sociedade, conseguimos ter a percepção de que a religião e traços de conservadorismo, cada vez mais presente em nossa sociedade, são contemplados neste discurso. Este fato também pode ser verificado na composição ministerial dos governos, onde, no mandato do presidente Bolsonaro há uma drástica redução da participação feminina, ao passo que durante o governo da presidenta Dilma houve uma expressiva participação feminina.

Como dispositivo de comunicação, caracterizado por Weber (2011, p105-106), estes espaços contemplam interesses políticos dos Estados, levando os governantes a aproveitarem os espaços destinados para representar e incentivar as mulheres, como um meio de prestação de contas, em diversos momentos fugindo do tema inicial do discurso, como a presidenta Dilma que, ciente da fragilidade do seu segundo mandato utilizou o momento como uma tentativa de apaziguar o cenário.

Os espaços de disputa para uma maior participação de mulheres na esfera pública e no campo político, se tornam cada vez mais restritos, ao passo que os discursos políticos devem ser persuasivos e encontrar eco em seu público, conforme afirma Charaudeau (2013, p.78). Sendo assim, ao perceber a expressiva diminuição nas falas dos governantes pela busca de espaços igualitários, podemos esperar que a sociedade irá refletir a ausência desta pauta.

Enquanto feminista, este trabalho me tocou profundamente. Tenho consciência de que existem diversas vertentes do feminismo e particularidades sociais e econômicas em cada realidade das mulheres. De maneira geral, espero que este trabalho contribua para a compreensão de que ainda temos um longo caminho a percorrer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2016

BIROLI, Flavia. **Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos**. In: Cadernos Pagu. n34. 2010

BLAY, Eva Alterman. **8 de Março: Conquista e Controvérsias**. In: Estudos Feministas. Vol. 9. No. 2. 2001. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/i40143308>> Acesso em: 11 Mai. 2019

BOURDIEU, Pierre. **O campo político**. Revista Brasileira de Ciência Política. n.5. 2011

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. 2 ed. São Paulo. Contexto. 2013

CONCONI, Augusto. De Sarney a Bolsonaro, veja os ministérios de cada gestão. **Estadão. 01 de janeiro de 2019. Política. Disponível em:** <<https://www.estadao.com.br/infograficos/politica,de-sarney-a-bolsonaro-veja-os-ministerios-de-cada-gestao,942125>> Acesso em : 21 Mai. 2019

DA SILVA, Allan Gustavo Freire; MOTA, Leonardo de Araújo; DORNELAS, Carina Seixas Maia; LACERDA, Alecksandra Vieira. **A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro**. In: REVISTA DEBATES. v.11. Porto Alegre. 2017

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo. 2014

PINTO, Celi Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. In: Revista de Sociologia e Política. Curitiba. v.18. 2010

SANTOS, Magda Guadalupe dos. **O pensamento filosófico-feminista de Simone de Beauvoir**. In: Cult. São Paulo. v. 207. 2015

WEBER, Maria Helena. **Estratégias de comunicação de Estado e a disputa por visibilidade e opinião**. In: Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania. 1 ed. São Caetano do Sul. Difusão. 2011

BRASIL. **Relatório final da comissão parlamentar mista de inquérito sobre a violência contra as mulheres**. Brasília. 2013. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/relatorio-final-da-comissao-parlamentar-mista-de-inquerito-sobre-a-violencia-contra-as-mulheres>> Acesso em : 05 Jun. 2019

BRASIL. PNAD-C (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua)/IBGE. **Quantidade de homens e mulheres.** Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>> Acesso em: 20 Abr. 2019

BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). **Discurso na cerimônia em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.** Brasília, 12 Mar. de 2003 Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/12-03-2003-discurso-do-pr-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-em-comemoracao-ao-dia-internacional-da-mulher.pdf/view>>. Acesso em: 28 Mar. 2019

_____. **Discurso na cerimônia em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.** Rio de Janeiro, 07 Mar. de 2007 Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/07-03-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-em-comemoracao-ao-dia-internacional-da-mulher/view>>. Acesso em: 28 Mar. 2019

BRASIL. Presidente (2011-2016: Dilma Vana Rousseff). **Discurso na cerimônia de início do Mês da Mulher: Trabalho e Cidadania.** Irecê, 1 Mar. de 2011 Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-inicio-do-mes-da-mulher-trabalho-e-cidadania>>. Acesso em: 28 Mar. 2019

_____. **Pronunciamento à Nação por ocasião do Dia Internacional da Mulher** . Brasília, 08 Mar. de 2015 Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-por-ocasio-do-dia-internacional-da-mulher> >. Acesso em: 28 Mar. 2019

BRASIL. Presidente (2016-2018: Michel Miguel Elias Temer Lulia). **Discurso na Cerimônia de Comemoração pelo Dia Internacional da Mulher.** Brasília, 08 Mar. de 2017 Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michael-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discorso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-comemoracao-pelo-dia-internacional-da-mulher-brasilia-df>>. Acesso em: 28 Mar. 2019

BRASIL. Presidente (2019 -: Jair Messias Bolsonaro). **Discurso na Cerimônia Alusiva ao Dia Internacional da Mulher.** Brasília, 08 Mar. de 2019 Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/copy_of_cerimonia-alusiva-ao-dia-internacional-da-mulher>. Acesso em: 28 Mar. 2019

ANEXOS

Anexo 1

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia em comemoração ao Dia Internacional da Mulher

Palácio do Planalto, 12 de março de 2003

Minha cara ministra Emília Fernandes,
 Minha cara companheira Benedita da Silva,
 Minha querida companheira Marisa Letícia,
 Minha querida Mariza Campos Gomes da Silva, mulher do meu querido companheiro José Alencar,
 Ministra Ellen Grace, do Supremo Tribunal Federal,
 Senhoras embaixadoras, embaixatriz,
 Senhoras e senhores ministros de Estado,
 Secretários,

Minha querida governadora Wilma Faria,

Prefeitas aqui presentes,

Minha companheira Dilma Rousseff, ministra das Minas e Energia,

Minhas companheiras e companheiros aqui presentes,

Antes de dizer algumas palavras que estão escritas, companheira Cacá, eu estava ouvindo a nossa ministra Emília Fernandes falar e estava lembrando de dois episódios ocorridos na minha vida, um em 1978 e o outro, ontem.

Em janeiro de 1978, eu era Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – naquele tempo só Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo – e nós realizamos o I Congresso das Mulheres Metalúrgicas da nossa categoria.

Eu, até então, não tinha tido nenhum contato com o Movimento Feminista do Brasil. Qual não foi minha surpresa quando, no sábado de manhã, na abertura do Congresso, me aparecem umas 15 ou 20 companheiras, em nome do Movimento Feminista, querendo participar do evento. E nós tínhamos tomado a decisão de que as mulheres não iriam participar, porque não eram da categoria, eram estranhas à categoria, não tinha por que as mulheres participarem.

E, aí, elas começaram a reivindicar uma mulher à mesa, pelo menos uma metalúrgica. E, como a Diretoria era só de homens, nós não tínhamos uma mulher metalúrgica para colocar à mesa. Eu sei que essa guerra entre “coloca uma mulher à mesa ou não”, tomou a primeira manhã do Congresso. Até que os homens, sendo maioria, decidiram não colocar mulher na mesa.

Passados 25 anos, ontem eu participei do Encontro dos Prefeitos do Brasil e tinha por volta de 1.800 prefeitos e prefeitas. Havia muitas prefeitas. E, de repente, quando se formou a mesa, eu me dei conta, quando chamado para falar, de que não havia uma única mulher à mesa. Eu fiz até um apelo. Aí, pediram para eu chamar uma mulher para a mesa e, como eu não era da coordenação, também não iria chamar. Qual era o critério?

Eu comecei com isso, para dizer a todos aqui, presentes, que nos problemas de gênero, além das questões dos direitos que temos que colocar nas nossas Constituições e na nossa legislação, como um todo, tem um problema cultural, um problema de prática, um problema de compressão que, se não for exercitado todo santo dia, e a gente ficar esperando a criação de uma lei, muitas vezes a lei será aprovada e será uma daquelas leis que não “pegam”. Existe a lei, mas como a questão cultural está embutida na nossa cabeça, por dezenas de anos, por gerações, a gente continua desrespeitando a lei, mesmo que inconscientemente.

Eu fui à Vila Irmã Dulce, no Piauí, e junto comigo foram todos os ministros. A ministra Emília Fernandes, a ministra Benedita, a ministra Dilma. E visitamos um bairro pobre, em que moram, praticamente, 70 mil pessoas. E, nessa vila, nós visitamos 17 ou 18 casas. Entramos nas casas, conversamos com as pessoas. Todas as casas em que nós entramos, as mulheres não tinham mais de 21 anos de idade. Todas tinham dois, três ou mais filhos, e todas sem marido.

Fico pensando como é que nós vamos resolver um problema dessa magnitude, que não é mais um problema de lei. É um problema cultural e um problema de responsabilidade das pessoas, porque essa jovem possivelmente não tenha tido nenhum momento de educação sexual na sua infância, na

sua adolescência e mesmo depois que virou adulta. Esse que é o responsável pela sua gravidez possivelmente seja tão inocente quanto ela, porque também não teve, nem na sua adolescência, nem na sua infância, nenhum processo de educação que dissesse às pessoas: “É possível fazer sexo sem precisar engravidar e ter um filho”. É possível fazer sexo seguro, é possível planejar a família da gente, não porque o Governo manda castrar o homem ou a mulher, mas porque há um processo de educação em que as pessoas aprendem a auto-determinar quando e quantos filhos querem colocar no mundo, para assumir a responsabilidade.

E, para chegarmos a essa perfeição de sociedade que sonhamos, precisamos quebrar tabus, enfrentar preconceitos, quebrar regras secularmente estabelecidas, que nós vamos ter que, criando coragem, enfrentar, porque somente assim poderemos, num ano qualquer, num século qualquer ou, quem sabe, numa década qualquer, comemorar o Dia 8 de Março tendo a certeza de que a liberdade da mulher é plena, porque a sociedade evoluiu, porque a sociedade se modernizou e porque a sociedade entende que não pode mais haver divisão de espécie alguma, tratamento diferenciado por conta de gênero neste país.

Estamos aqui reunidos, com quatro dias de atraso, para comemorar o Dia Internacional da Mulher, cuja história, todos vocês conhecem, remonta a um dia de 1857. Naquele dia – e isso vale para as mais jovens que estão aqui –, 120 operárias de uma indústria têxtil, nos Estados Unidos, foram mortas porque faziam uma greve contra a jornada de trabalho de 16 horas e por melhores salários. Todo ser humano deve valorizar essa data, porque ela simboliza a luta, o sacrifício das mulheres pelos seus direitos e por um mundo melhor.

A realidade da mulher brasileira mudou muito nas últimas décadas. Engana-se bastante, por exemplo, quem ainda pensa que ela se vê como uma dona de casa, conformada e satisfeita com a sua dependência econômica e submissão ao marido, ou pensa que ela, simplesmente, dedica a sua vida à espera de um príncipe encantado. Não é assim que as mulheres brasileiras se vêem. Não é assim que as mulheres brasileiras agem.

Engana-se, também, quem pensa somente na mulher como trabalhadora remunerada. Ela já está no mercado de trabalho ou busca entrar nele. Mas a maioria das brasileiras acumula o trabalho fora, remunerado, ao trabalho doméstico, não pago.

Um estudo da Fundação Perseu Abramo, que é uma fundação do Partido dos Trabalhadores, revela que os homens são, em sua grande maioria, os provedores do sustento familiar, mas revela também que as mulheres já contribuem para esse sustento de forma significativa com 45%. Em relação à execução ou à chefia das tarefas domésticas, 97% das mulheres fazem isso praticamente sozinhas, enquanto os homens as auxiliam de forma ainda muito pouco expressiva.

Para se ter uma idéia, nas unidades familiares, em que os casais coabitam, somente 2% dos homens são os principais responsáveis pelo trabalho doméstico. E apenas 18% colaboram com as suas companheiras. Esse é um dos retratos da desigualdade e da divisão sexual do trabalho no Brasil.

O estudo indica, também, o que deseja a grande maioria das mulheres brasileiras, em ordem de preferência: a igualdade de direitos, o combate à violência, maior liberdade, menos machismo e mais reconhecimento por parte dos homens.

Não há dúvida de que essas respostas constituem uma pauta muito específica de preocupações, que a visão masculina, hegemônica na sociedade, normalmente tem dificuldade de enxergar.

O nosso governo vai enfrentar para valer essa situação. A primeira medida foi a de dar status de ministério à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. São elas que devem ser as protagonistas desse novo momento político do nosso país.

Nossa ação concreta vai combater as discriminações contra as mulheres, no mundo do trabalho, na cidade e no campo. Vai buscar a superação das dificuldades e obstáculos sociais que pesam sobre as mulheres chefes de família. Vai dar prioridade às mulheres pobres incluídas no programa Fome Zero.

Aí, uma descoberta importante, não do nosso Governo, mas, já há alguns anos, vários governos municipais e estaduais têm detectado que toda e qualquer ajuda dada diretamente para a mulher tem um cuidado muito mais responsável do que o homem. Vejam o caso daquele senhor que perdeu os seis filhos naquela grande enchente de Belo Horizonte, que morava num barraco, em cima do morro, que caiu. Ele tinha ganho uma casa da prefeitura. Ele vendeu a casa e foi morar na favela outra vez. Eu duvido de que uma mulher venderia a sua casa por conta de alguns centavos, porque não tem nada mais sagrado para uma dona de casa, não tem nada mais sagrado para uma mulher do que um ninho, onde ela vai cuidar dos seus filhos.

A ação do Governo vai enfrentar também a discriminação contra as mulheres negras. A ação do Governo vai também romper o silêncio que cerca as condições de vida das mulheres indígenas. Vai combater a violência contra as mulheres, em especial, a exploração e a violência sexual contra meninas e adolescente do nosso país.

Minha história pessoal é muito marcada pela presença das mulheres. A minha mãe, uma guerreira que, sozinha, deu proteção e amparo aos filhos ameaçados pela seca, pela fome e pelas doenças que tantos nordestinos e nordestinas conhecem. A minha mulher Marisa, com a sua dignidade pessoal, sua solidariedade e seu engajamento cívico, sempre discreto, mas efetivo. As minhas companheiras do sindicato, dos movimentos sociais, militantes políticas tantas que perderam a vida na busca da democracia em nosso país. As mulheres de hoje, lutadoras pela saúde, pela escola, pelo pão, pela terra, pelo trabalho e pela dignidade. E todas as mulheres, com a sua sensibilidade, força interior e espírito aberto, que promovem as maiores mudanças em nossas vidas. Enfim, as companheiras do dia-a-dia.

Elas estão do nosso lado, dando exemplos e ganhando os homens para uma causa que é de toda a Humanidade. Todas buscando plena autonomia, respeito, dignidade, lazer e o fim de qualquer opressão de gênero, apontando não somente para uma sociedade em que as mulheres possam viver melhor, mas para um Brasil melhor para homens e mulheres.

A libertação das mulheres, além de libertar as mulheres, certamente libertará os homens.

Muito obrigado.

ANEXO 2

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia em comemoração ao Dia Internacional da Mulher

Rio de Janeiro-RJ, 07 de março de 2007

No fundo, no fundo, eu acho que vocês estão cansados de discursos. Mas, pelo menos, a minha nominata eu vou ler aqui para não criar problemas.

Eu quero, primeiro, cumprimentar o nosso governador Sérgio Cabral, governador do estado do Rio de Janeiro e sua companheira, sua esposa Adriana Ancelmo,

Quero cumprimentar minha companheira Marisa,

Quero cumprimentar a companheira Nilcéa Freire, secretária especial de Políticas para as Mulheres, Quero cumprimentar os ministros de Estado que estão comigo, Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Agenor Álvares, da Saúde; Orlando Silva, do Esporte; Márcio Fortes, das Cidades; Luiz Dulci, da Secretaria-Geral; Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

Quero cumprimentar o senador Marcelo Crivella,

Quero cumprimentar a deputada Cida Diogo, deputados Edson Santos, Jorge Bittar e Simão Sessim e Alexandre Santos,

Quero cumprimentar a nossa querida Maria Fernanda Ramos Coelho, presidente da Caixa Econômica Federal,

Quero cumprimentar o Carlos Arthur Nuzman, presidente do Comitê Olímpico Brasileiro,

Quero cumprimentar o Vital Severino Neto, presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro,

Quero cumprimentar os prefeitos aqui presentes, que estão aí embaixo, junto de vocês,

Quero cumprimentar os deputados estaduais,

Quero cumprimentar os secretários estaduais e municipais,

Quero cumprimentar o José Barbosa, presidente da Casa da Moeda, que cunhou as moedas para simbolizar esse Dia Internacional da Mulher e o prêmio dado aqui,

Quero cumprimentar a Silvia Aparecida Domingues de Almeida, do Movimento Nacional Cidadãs Positivas,

Quero cumprimentar a Sonia Regina Gonçalves da Silva, presidente da Associação de Mulheres do Morro do Urubu,

Quero cumprimentar a senhora Aída dos Santos e a senhora Tereza Guilhermina, em nome de quem eu cumprimento todas as atletas e paratletas aqui presentes,

Quero cumprimentar a nossa querida Benedita da Silva,

Quero dizer duas coisas importantes, Nilcéa, que você vai saber agora. Ontem, eu assinei uma medida provisória indicando a primeira mulher para ser ministra no Superior Tribunal Militar brasileiro, a ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha. E também, outro dia, a Marisa participou de um evento lá em Brasília, onde nós formamos a primeira turma de 11 mulheres aviadoras da Força Aérea Brasileira. Portanto, não são apenas mais pilotos, agora são pilotas também.

E eu não poderia, Sérgio, deixar de fazer um cumprimento especial ao nosso querido Roberto Dinamite. Eu não sei se é porque o Sérgio Cabral e eu somos vascaínos. Com todo o respeito aos botafoguenses, aos flamenguistas, aos fluminenses, ao tricolor das Laranjeiras mas, por acaso, nós dois somos vascaínos. E eu me deparo com uma das figuras mais brilhantes que o futebol brasileiro produziu nessas últimas três décadas. Pode tentar continuar jogando até fazer o milésimo gol, Roberto, não tem mais limite de idade.

Eu queria dizer para vocês o seguinte: eu não vou entrar nas discussões que aqui já foram ditas pela companheira Nilcéa, pelo companheiro Agenor e pela representante da Unicef.

Eu queria dizer para vocês algumas coisas. Certamente, ainda falta muita coisa para a mulher conquistar a plenitude da igualdade no planeta Terra e no nosso País mas, certamente, se nós analisarmos os últimos 50 anos, nós vamos descobrir que as mulheres conquistaram espaços extraordinários em todas as atividades da vida deste País.

Vocês estão lembrados que não faz muito tempo que mulher andar de calça comprida na rua era feio, vocês estão lembrados que mulher ser enfermeira era feio, vocês estão lembrados que mulher ser comissária de avião era pejorativo, vocês estão lembrados que mulher fumar na rua era uma

coisa horrível. E vocês foram percebendo que as mulheres foram ocupando espaços, foram conquistando e os homens não foram cedendo, mas fomos compreendendo que somente partilhando a nossa convivência na cidade, na casa e no País é que nós poderíamos construir uma democracia verdadeira. Falta muito para a mulher conquistar ainda e falta muito para que os homens avancem na compreensão do papel das mulheres, porque o problema nosso não é (Inaudível) de instrumentos legais, porque a nossa Constituição é muito bem feita e garante os direitos às mulheres. Portanto, é preciso mais que uma lei, é preciso que haja uma evolução na qualidade da massa encefálica que temos dentro do cérebro para compreender a importância da convivência paritária, igual, entre homens e mulheres, porque a violência contra a mulher é proibida por lei. No ano passado aprovamos a Lei Maria da Penha, que dá cadeia e não cesta básica para quem bater na mulher.

Então, neste dia 7, em que nós estamos participando deste evento em comemoração ao Dia Internacional da Mulher – e não pode ser amanhã porque amanhã eu estarei recebendo o presidente da Alemanha, por isso a Nilcéa antecipou para hoje, aqui no Rio de Janeiro – eu queria dizer para vocês que nós precisamos dar um passo adiante. E quero que vocês aproveitem, eu tenho mais quatro anos de mandato, eu quero que vocês aproveitem, é um desafio que eu estou fazendo a vocês. Aproveitem o fato de eu ter mais quatro anos de mandato e façam as reivindicações que estão enrustidas na cabeça de vocês e no movimento, porque nós só vamos avançar se houver ousadia da sociedade para que o governo seja ousado e cumpra com a sua função. E para que essa ousadia venha a acontecer, no ano que vem, Nilcéa, você poderia, no Dia Internacional da Mulher, fazer um dia de combate à hipocrisia que está estabelecida na cabeça de todos nós.

Por que é o dia da hipocrisia? Hipocrisia porque muitas vezes nós deixamos de debater os temas da forma verdadeira com que eles têm que ser debatidos, por puro preconceito, por pura... “ah, mas minha mãe não gosta, meu pai não gosta, a igreja não gosta, não sei quem não gosta”. Trinta por cento das meninas entre 15 e 17 anos que estão fora da escola, a razão são filhos precoces. Trinta por cento das meninas entre 15 e 17 anos que não estão frequentando a escola é porque tiveram filho.

E por que tiveram filho numa idade em que poderiam ter a vida pela frente, ao invés de um filho? É porque no tempo adequado e no momento certo não houve a educação sexual que deveria ser dada dentro de casa, que deveria ser dada na escola, que deveria ser dada na televisão, que deveria ser dada no rádio. Na hora em que a gente trata esses assuntos com uma certa hipocrisia e não temos coragem de discutir os temas como eles são, o resultado que nós colhemos é a gravidez precoce, é a violência entre jovens, porque a gente não cuidou de ensinar.

Eu estou dizendo isso para mim e para vocês, porque muitas vezes nós somos modernos nos discursos, mas em casa a gente não tem coragem de conversar com a filha da gente, não tem coragem de conversar com o filho da gente. Agora tem um problema mais sério, meu caro Roberto Dinamite, que é uma verdadeira dinamite neste País, que é o crescimento das pessoas convivendo com Aids. Eu fui orientado pela Nilcéa que eu não poderia falar “aidético”, porque politicamente não é correto, vou aqui, agora, não errar mais politicamente.

Pois bem, houve um tempo em que todo mundo ficava tranqüilo porque diziam o seguinte: “a Aids só pega nos homossexuais”. Então, quem não era homossexual achava uma maravilha: “eu nunca vou ter Aids”. Depois inventaram que a Aids só vai pegar em quem usa drogas, sobretudo quem injeta drogas na veia: “ah, eu não injeto, então eu estou livre disso”; a Aids é uma coisa de homem que trai a mulher: “eu não traio, então eu estou livre disso”. O tempo vai passando, a ciência vai evoluindo e nós vamos descobrindo que a Aids é tudo isso e um pouco mais que nós ainda não sabemos.

No governo, nós estamos dispostos a tomar todas as medidas para que a gente possa evitar, sobretudo, num momento em que a Aids está crescendo entre as mulheres heterossexuais. Então, acabou o tabu, acabou a frescura da gente ficar transferindo responsabilidades: “é uma doença do vizinho, não é minha. É uma doença da vizinha, não é minha”. Ela é uma doença de todos nós e todos nós temos que ter certeza de uma coisa: não tem como a gente carimbar na testa de uma criança, adolescente, qual é o momento em que ela

pode começar a fazer sexo. Não tem como um pai ou uma mãe dizer: “a minha filha só vai fazer sexo, ou o meu filho, quando eu quiser”. Primeiro porque sexo é uma coisa que quase todo mundo gosta e é uma necessidade orgânica, é uma necessidade da espécie humana e da espécie animal. Portanto, como nós não temos controle disso, o que nós precisamos é educar, no momento certo,

enquanto é criança. No mesmo momento em que essa criança está aprendendo que Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil, ela precisa começar a ter noções do seu próprio corpo para que possa evitar as mazelas de que nós fomos vítimas a vida inteira neste País.

Recentemente, fiz viagem por 17 países da África. Tem estado em que metade da população está convivendo com a Aids. Sabe por quê? Porque em algum momento o Estado e o governo resolveram fingir que não tinham problemas, e o resultado é muito pior depois, porque a gente não vai tratar da vida e não vai tratar da saúde, a gente vai tratar da doença e vai tratar da morte. Por isso, meus amigos e maioria de amigas que estão aqui presentes, meus companheiros e minhas companheiras, esse Dia Internacional da Mulher é um alerta para todos nós: vamos fazer um combate à hipocrisia neste País. preservativo tem que ser doado e ensinado como usar. Sexo tem que ser feito e ensinado como fazer. Somente assim, nós seremos um País livre da Aids e de outras doenças infecciosas. Muito obrigado e parabéns às mulheres.

ANEXO 3**Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de início do Mês da Mulher: Trabalho e Cidadania****Irecê-BA, 1º de março de 2011**

Primeiro, eu queria desejar boa tarde a todos. Boa tarde! Todos nós estamos aqui até agora, sem almoçar, mas estamos aqui firmes.

Eu queria também dar uma boa tarde especial às mulheres baianas aqui presentes. Com isso, eu não estou preterindo os nossos companheiros homens, mas é porque hoje é o primeiro dia do mês da mulher, o mês em que se comemora o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. E aí, também, porque apesar de nós sermos 52% da população e, portanto, as mulheres serem maioria, os outros 48% são nossos filhos e, aí, fica tudo em casa. Então, ao cumprimentar as mulheres eu estendo também o cumprimento a todos os nossos companheiros aqui presentes.

E vou saudar o Jaques Wagner, governador da Bahia, meu querido companheiro. E, ao saudá-lo, estou saudando todos, mas todos mesmo, os baianos. E, ao mesmo tempo, estou agradecendo à Bahia porque eu tenho muito orgulho de ter sido, como candidata à presidenta, a candidata mais votada aqui na Bahia. E tenho muito orgulho também de ter aqui feito a maior vantagem, e isso eu devo a vocês, homens e mulheres da Bahia.

Vou saudar a minha querida amiga, a Fatinha. O Jaques disse que a Fatinha é brava, mas a Fatinha não é brava, a Fatinha é firme, é outra coisa, é firme.

Vou cumprimentar aqui cada um dos ministros de Estado,

Vou dirigir um cumprimento especial para a nossa Senadora, a Senadora, primeira senadora eleita pela Bahia, com muito orgulho para todas nós, mulheres brasileiras.

Queria cumprimentar também os deputados federais aqui presentes,

Dirigir um cumprimento, do fundo do coração, para o nosso prefeito de Irecê, o Zé das Virgens, José Carlos Dourado das Virgens,

Queria também cumprimentar todos os secretários e secretárias aqui, ao saudar a minha querida companheira secretária estadual da Casa Civil, Eva Chiavon.

Hoje eu estou dando preferência para as mulheres. Então, a Petrobras eu vou saudar saudando primeiro a Maria das Graças Foster, que é a primeira diretora mulher da Petrobras.

E aí, para os dois não ficarem tristes, eu cumprimento o presidente da Petrobras, o nosso baiano Zé Sérgio Gabrielli, e o Miguel Rosseto, que é presidente da Petrobras Biocombustível.

E eu vou cumprimentar agora, de forma muito carinhosa, as nossas companheiras que aqui representam o movimento de mulheres e as organizações de mulheres.

Vou cumprimentar a Verônica Santana, coordenadora do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste. Verônica, um abraço.

A Elisângela, da Federação das Mulheres da Agricultura Familiar,

A Carmen, aquela mulher forte que esteve aqui e falou com muita firmeza, convicção, mas também com grande amor no coração. A Carmen, da Secretaria Nacional de Mulheres [Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais] da Contag, a Confederação [Nacional] dos Trabalhadores na Agricultura,

A Célia, da Secretaria da Mulher Extrativista,

Anunciação, do Movimento [Interestadual] das Quebradeiras de Coco Babaçu,

A Adriana, do Movimento de Mulheres Camponesas,

Adenilva, do Movimento dos Pequenos Agricultores,

Queria cumprimentar, então, os meus queridos prefeitos. Porque, junto com o Governador, é com os prefeitos que nós fazemos a parceria, e é com os prefeitos que nós, desde o governo do presidente Lula, e no meu governo vamos continuar da mesma forma, fazemos as parcerias. Sem essa relação, nós não íamos conseguir executar todos os nossos projetos. Então, senhores prefeitos, eu cumprimento a minha parte da lista.

Cumprimento os prefeitos: de Gavião, a prefeita Benvinda; o dr. Francisco, prefeito de Ibititá; o Davi... Ibititá. Agora, para saber que é Ibititá, tem que ter um acento no "tá", Ibititá; o prefeito David, de Ipupiara; a prefeita Valdice, de Jacobina; o prefeito Ronaldo, de Jussara; o prefeito Marcos, de Lençóis; o prefeito Antônio, de Mairi; o prefeito Rui Dourado, de João Dourado; a prefeita Moema, a nossa querida prefeita Moema, que veio lá de Lauro de Freitas prestigiar aqui essa cerimônia; a

prefeita Luzina, de Mundo Novo; o prefeito Marcos, de Palmeiras; o prefeito Roberto Carlos, de Presidente Dutra; prefeito José Bonifácio, de Rui Barbosa; prefeito Antônio Roquildes, de São José do Jacuípe; prefeito Reginaldo, de Itagi; prefeito João Hipólito, de Abaíra; prefeito Orlando, de Barro Alto; prefeito Litercílio, de Brota de Macaúba; prefeito Adão, de Itaguaçu da Bahia; prefeita Mariângela, de Lajedo do Tabocal; prefeito Procópio, de Jussiape; prefeito Ney Amorim, de Ibipeba. Se algum prefeito... Prefeito Edmar... Prefeito Edmário, de Iraquara. Prefeito Caca, de Miguel Calmon. São dois que faltavam, então.

Bom, eu, primeiro... Quitéria, de Cardeal da Silva. Logo uma mulher, não é? Logo uma mulher, Quitéria. E Josefina, de Coaraci. Formoso? Iraci, de Campo Formoso. Vocês vejam que deu mais de 50 prefeitos, se eu não me engano, deu 51 prefeitos e prefeitas.

Bom, eu estou aqui, hoje, com uma missão muito... Eu acredito que uma missão que a mim muito me orgulha. Primeiro, Irecê e a Bahia são o primeiro estado e o primeiro município que eu visito com esse contato tão forte, tão amigo, tão caloroso e tão carinhoso da população. Eu queria dizer para vocês que eu estou muito comovida.

Eu venho aqui a Irecê (falha no áudio) para lançar um programa que nós consideramos o programa que demonstra, desde a época do governo do presidente Lula, demonstra o nosso compromisso com aquela parcela da população brasileira que foi sempre abandonada, sempre tratada como sendo uma parte da população que não interessava ao Brasil.

Nós temos a convicção de que este país só será grande se todos os brasileiros e brasileiras forem grandes com ele. Por isso, cada brasileiro, cada brasileira, cada família brasileira, ela tem de ser o centro da nossa política, a coisa mais importante para um governo. Se não for assim, o Brasil perde a sua maior riqueza, que não é – apesar de ser importante que a gente tenha – o petróleo, que não é a quantidade de minério que nós temos, mas é, sobretudo, a nossa população. É o que nos torna um dos países maiores, mais fortes e com um futuro garantido pela frente de prosperidade e justiça. Mas isso depende de nós. Somos nós que temos de construir essa justiça, essa prosperidade. Nós quem? Nós, governo, nós, movimentos sociais, e nós, povo de todos os rincões do Brasil.

E aqui, eu venho a Irecê e aproveito para lançar o reajuste do programa Bolsa Família. Desde 2009 que o programa Bolsa Família não tinha reajuste. Por quê? Porque no ano de 2010 era ano eleitoral, e a gente não fez política com o Bolsa Família em época de eleição. Por isso eu estou hoje aqui para cumprir esse papel fundamental, que é de priorizar aqueles mais pobres do nosso país. Vocês ouviram sempre, desde a minha posse, desde a campanha eleitoral, eu assumi um compromisso, e esse compromisso está clarinho no lema do meu governo: “País Rico é País sem Miséria [Pobreza]”. País rico é país sem miséria. Daí porque esse compromisso de acabar com a miséria absoluta, com a pobreza extrema é algo que eu assumo com muita convicção, com muita fé, mas, sobretudo, com muita emoção.

O Bolsa Família, ele é um programa que tem por objetivo atender e dar apoio àqueles que são a parte da população mais pobre do país. E aí, nós temos tido a parceria com os prefeitos, que fazem os cadastros. E eu peço aos prefeitos para sempre procurar melhorar cada vez mais o cadastro, para que a gente possa dar mais a quem mais precisa. E aí, o Bolsa Família, hoje, ele vai ter um reajuste muito significativo.

Nós vamos dar um reajuste para o Bolsa Família beneficiando a quem tem mais filhos. Por que nós estamos beneficiando quem tem mais filhos? Porque as famílias com mais filhos são aquelas também que têm maior dificuldade de enfrentar a vida e que têm o nível de pobreza maior. Além disso, no Brasil, as crianças e os jovens são a parte da população também que sofre mais com a pobreza extrema. Porque os mais velhos têm aposentadoria garantida, têm o benefício da prestação continuada. Por isso, nós vamos dar um reajuste para a parcela que é relativa a filhos de 45%. Essa parte do Bolsa Família é uma parte muito importante, porque ela é dada conforme a existência de filhos nas famílias do Bolsa Família.

E é bom que se diga: os dados que a gente pesquisa – porque a gente pesquisa para olhar o Bolsa Família, como é que ele está evoluindo. Então, uma coisa a gente sabe: que as crianças e os jovens beneficiados pelo Bolsa Família, eles avançam mais na escola, eles se alimentam melhor, e eles demoram mais a ser tirados da escola e a ser colocados para trabalhar. Porque a condição para receber Bolsa Família é botar a criança na escola e é garantir que a criança tenha acesso à vacinação.

Por isso, hoje eu estou aqui para dar início ao meu Programa de Erradicação da Miséria. Ele vai ter, esse programa, ele ainda está sendo elaborado, mas ele tem a sua primeira parte, o seu primeiro

passo dado por esse reajuste forte no Bolsa Família recebida por crianças que ganham até... aliás, por famílias que têm filhos, que têm crianças pequenas, sobretudo.

Eu queria dizer, também, que as outras parcelas do Bolsa Família vão sofrer um reajuste, mas será um ajuste menor. No total, nós vamos despende em torno de 2 bilhões e 100 milhões com este reajuste. E isso é a primeira parte – vou repetir – do Programa de Erradicação da Miséria, de diminuição da pobreza no Brasil.

Eu queria destacar para vocês uma outra coisa. Quando a gente diz que o Bolsa Família é só uma parte do caminho, não é o caminho todo, é muito importante. Por quê? Nós queremos fazer duas coisas ao mesmo tempo: garantir que as famílias que precisam tenham um dinheiro para garantir comida para as crianças, para garantir que as crianças tenham acesso a material escolar ou, até, que a mãe possa comprar remédio. Mas, ao mesmo tempo, a gente quer que as famílias do Bolsa Família tenham uma outra perspectiva na vida: que o pai e a mãe possam encontrar um emprego decente, melhorar a sua renda e colocar comida na mesa dos filhos, colocar os filhos para estudar de forma cada vez melhor. Por isso, o Bolsa Família é uma parte do nosso projeto. A outra parte é necessariamente as oportunidades de participar produtivamente da vida da sociedade.

E, aí, eu quero me referir, aqui, à agricultura familiar, aos agricultores familiares, às agricultoras familiares. E lembrar que tanto no Bolsa Família quanto na agricultura familiar nós temos olhado com muito cuidado, com muito carinho para as mulheres. Porque as mulheres, elas são fundamentais quando se trata da família. Todo mundo aqui sabe que uma mãe, para deixar um filho sem dar de comer, ela... é quase impossível, ela prefere abrir mão da sua alimentação para o seu filho comer. Por isso as mulheres são aquelas titulares que nós preferimos para receber o cartão do Bolsa Família.

Por isso é importante aumentar o valor e a quantidade do crédito para as mulheres poderem ter seu Pronaf. Porque, com o Pronaf Mulher, ela pode ter acesso a um financiamento para o seu artesanato, por exemplo. Ela pode costurar, ela pode fazer doce, enfim, ela pode contribuir para a melhoria de renda da sua própria família.

Com o PAA, também a mulher e o homem podem ter também acesso a uma maior renda. Com isso, quando nós fortalecemos a agricultura familiar, a gente quer dar um caminho para a população que recebe Bolsa Família ter uma alternativa.

Mas não é só na agricultura familiar, Jaques. É também na criação de empregos na cidade, aqui na cidade. Você veja como é engraçada a roda que gira o Bolsa Família: a família recebe o Bolsa Família e vai comprar o seu produto ou em um supermercadinho, ou em uma vendinha, ou até em uma feira que ela tenha acesso; com isso, ela vai possibilitar que aquele ou vendedor da lojinha, ou do supermercadinho, ou da feira tenha uma renda melhor. Com isso, ela vai permitir que ele gaste também essa renda, e assim a roda vai girando. Mas o que eu quero dizer é que nós vamos ter de continuar gerando os empregos que nós viemos gerando até aqui também na zona urbana. Porque na zona urbana também os moradores aqui de um município como Irecê conseguem alternativas de trabalho, e isso é fundamental para fazer o Brasil crescer.

Eu quero dizer que eu acredito em uma agricultura familiar que tenha trator, assistência técnica e crédito. E aí, quero dizer que o objetivo do meu governo, anunciado na campanha eleitoral, é assegurar que mais 2 milhões de agricultores tenham acesso a crédito do Pronaf.

Quero lembrar para todos aqui presentes que nós, no ano passado, pelo presidente Lula, colocamos R\$ 16 bilhões de crédito, mas não foram tomados os 16 bilhões, foi tomado um valor menor do que isso, foram tomados 10 bilhões. Então, não é por falta de dinheiro, é por uma coisa que o Jaques disse aqui, que é importante: quem tem projeto, tem dinheiro. No Brasil de hoje, quem tiver projeto, tem dinheiro. E isso é muito importante para cada um de nós, porque assim o Brasil cresce, também, ajudado pelo Bolsa Família e pela agricultura familiar.

Eu estou vendo ali um cartaz escrito: “Mais faculdades públicas”. Eu vou, junto com o prefeito, comentar uma coisa: nós abrimos aqui o Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica. Esse Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica, ele começa as aulas no dia 14 de março. As aulas que estão previstas são para formar profissionalmente as pessoas. Eu reivindico, para esse Instituto, além da oferta do que ele está formando, que é nas áreas de mecânica, de biocombustíveis, uma cadeira especial – e aí eu vou determinar ao Ministro da Educação que faça isso – especial, para a agricultura familiar. Por quê? Quem tem de dar assistência técnica para o agricultor familiar, pode muito bem ser o filho do agricultor familiar, formado numa universidade ou

num Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica. A gente tem de aprender que agricultura a gente faz não é só apostando que Deus ajuda. Ele ajuda, mas ele quer sempre que a gente faça por onde, pela nossa parte, e a nossa parte é botar os meninos para estudar e fazer com que nós tenhamos uma agricultura familiar capaz de gerar riqueza no bolso do trabalhador rural, da trabalhadora rural, daquele que é o organizador da produção agrícola na sua unidade.

Eu queria dizer para vocês uma coisa: Sexta-feira eu almocei com o presidente Lula, lá em São Paulo. E eu disse para ele: “Presidente Lula, terça eu vou estar lá na Bahia, em Irecê, porque eu vou reajustar o Programa [Nacional de Fortalecimento] da Agricultura Familiar, e quero fazer isso lá na Bahia, lá em Irecê porque a Bahia é o estado que mais recebe Bolsa Família”. Para justamente falar: vai ter Bolsa Família reajustada, mas também vai ter um caminho novo para vocês. O Presidente, então, me pediu duas coisas. Uma: que dissesse para vocês que ele manda um abraço e manda todo o carinho dele. E a segunda coisa é que ele vai estar conosco nos próximos quatro anos e nós, juntos, o governo e vocês aqui, cada um de vocês aqui, somos responsáveis por fazer e continuar a transformação que nos últimos oito anos o presidente Lula encaminhou.

Eu ajudei nesses oito anos, mas agora a bola está conosco, com os homens e as mulheres – e sobretudo com as mulheres. Porque a mulher sabe de duas coisas também: sabe ter coragem – porque não é uma mulher sem coragem aquela que acorda todo dia de manhã, arruma os filhos, assegura que eles tenham comida, providencia educação, solta os meninos para a escola, encara o trabalho do dia a dia, encara a sua profissão. Mas também, além da coragem, eu acho que a mulher tem uma outra coisa: ela tem carinho. Ela cuida, ela protege, ela dá amor, e ela apoia e incentiva.

O Brasil precisa saber que chegou também mais, mais... eu acho mais cedo do que muitos imaginavam, a hora e a vez das mulheres darem a sua parte nessa história. Não só porque eu cheguei à Presidência da República e eu sou uma mulher; porque eu concordo, eu não cheguei aqui só por conta da minha história ou de todas as lutas que eu travei ao longo da vida.

Eu cheguei aqui porque uma quantidade muito grande de mulheres saiu de suas casas e foi trabalhar; uma quantidade grande de agricultoras botou a mão na massa e foi plantar; uma quantidade grande de mulheres virou enfermeiras, professoras, professora, que tem de ser valorizada, empregadas domésticas, médicas, mulheres enfermeiras, mulheres agentes de saúde. Enfim, mulheres em todas as áreas. E este mês é o nosso mês, é o mês das mulheres. Mas a generosidade das mulheres faz também que este seja o mês em que nós olhamos para todos os brasileiros, sem exceção, sem discriminação, e olhamos para eles e para as crianças, com muito cuidado para as crianças, porque é a parte mais frágil da nossa população.

Por isso, eu volto ao Bolsa Família e digo: é um caminho para melhorar a distribuição de renda no nosso país, assegurando que as nossas crianças tenham um futuro que seus pais não tiveram. Porque, o que nós queremos para as nossas crianças, nesse momento das suas vidas, quando elas têm até seis anos de idade? Nós queremos uma alimentação saudável, um processo de garantia da sua saúde. E queremos, depois, que elas tenham acesso à educação de qualidade.

E é isso que hoje nós estamos dizendo aqui: o Bolsa Família é uma garantia, para aquelas famílias que não podem esperar, que precisam do seu alimento e precisam de ter apoio para educar seus filhos. Mas também a agricultura familiar, e aqui eu venho, hoje, porque eu quero marcar o início desse 8 de março como o mês que comemora as mulheres guerreiras e fortes da agricultura, as trabalhadoras.

E, aí, eu deixo para vocês a minha fala: carinho e coragem. Esses dois são, eu acho, a marca da mulher brasileira e da mulher baiana.

Viva as mulheres do nosso país!

ANEXO 4**Pronunciamento à Nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião do Dia Internacional da Mulher****08 de março de 2015**

Meus queridos brasileiros, e, muito especialmente, minhas queridas brasileiras.

Hoje é o Dia Internacional da Mulher. Falar com vocês mulheres - minhas amigas e minhas iguais - é falar com o coração e a alma da nossa grande nação. Ninguém melhor do que uma mãe, uma dona de casa, uma trabalhadora, uma empresária, é capaz de sentir, em profundidade, o momento que um país vive.

Mas todos sabemos que há um longo caminho entre sentir e entender plenamente. É preciso, sempre, compartilharmos nossa visão dos fatos. Os noticiários são úteis, mas nem sempre são suficientes. Muitas vezes até nos confundem mais do que nos esclarecem. As conversas em casa, e no trabalho, também precisam ser completadas por dados que nem sempre estão ao alcance de todas e de todos.

Por isso, eu peço que você - e sua família - me ouçam com atenção. Tenho informações e reflexões importantes que se compartilhadas vão ajudá-los a entender melhor o momento que passamos. E a renovar a fé e a esperança no Brasil! É uma boa hora para que eu tenha uma conversa, mais calma e mais íntima, com cada família brasileira - e faça isso com a alma de uma mulher que ama seu povo, ama seu país e ama sua família.

Vamos começar pelo mais importante: o Brasil passa por um momento diferente do que vivemos nos últimos anos. Mas nem de longe está vivendo uma crise nas dimensões que dizem alguns. Passamos por problemas conjunturais, mas nossos fundamentos continuam sólidos. Muito diferente daquelas crises do passado que quebravam e paralisavam o país.

Nosso povo está protegido naquilo que é mais importante: sua capacidade de produzir, ganhar sua renda e de proteger sua família. As dificuldades que existem - e as medidas que estamos tomando para superá-las - não irão comprometer as suas conquistas. Tampouco irão fazer o Brasil parar ou comprometer nosso futuro.

A questão central é a seguinte: estamos na segunda etapa do combate à mais grave crise internacional desde a grande depressão de 1929. E, nesta segunda etapa, estamos tendo que usar armas diferentes e mais duras daquelas que usamos no primeiro momento.

Como o mundo mudou, o Brasil mudou e as circunstâncias mudaram, tivemos, também, de mudar a forma de enfrentar os problemas. As circunstâncias mudaram porque além de certos problemas terem se agravado - no Brasil e em grande parte do mundo -, há ainda a coincidência de estarmos enfrentando a maior seca da nossa história, no Sudeste e no Nordeste.

Entre muitos efeitos graves, esta seca tem trazido aumentos temporários no custo da energia e de alguns alimentos. Tudo isso, eu sei, traz reflexos na sua vida. Você tem todo direito de se irritar e de se preocupar. Mas lhe peço paciência e compreensão porque esta situação é passageira. O Brasil tem todas as condições de vencer estes problemas temporários - e esta vitória será ainda mais rápida se todos nós nos unirmos neste enfrentamento.

Peço a vocês que nos unamos e que confiem na condução deste processo pelo governo, pelo Congresso, e por todas as forças vivas do nosso país - e uma delas é você!

Queremos e sabemos como fazer isso, distribuindo os esforços de maneira justa e suportável para todos. Como sempre, protegendo de forma especial as classes trabalhadoras, as classes médias e os setores mais vulneráveis. Temos compromissos profundos com o futuro do país e vamos continuar cumprindo, de forma inabalável, estes compromissos.

Minhas amigas e meus amigos,

A crise afetou severamente grandes economias, como os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão. Até mesmo a China, a economia mais dinâmica do planeta, reduziu seu crescimento à metade de suas médias históricas recentes. Alguns países estão conseguindo se recuperar mais cedo.

O Brasil, que foi um dos países que melhor reagiu em um primeiro momento, está agora implantando as bases para enfrentar a crise e dar um novo salto no seu desenvolvimento. Nos seis primeiros anos da crise, crescemos 19,9%, enquanto a economia dos países da Zona do Euro, caiu 1,7%.

Pela primeira vez na história, o Brasil ao enfrentar uma crise econômica internacional não sofreu uma quebra financeira e cambial. O mais importante: enquanto nos outros países havia demissões em massa, nós aqui preservamos e aumentamos o emprego e o salário. Se conseguimos essas vitórias antes, temos tudo para conseguir novas vitórias outra vez. Inclusive, porque decidimos, corajosamente, mudar de método e buscar soluções mais adequadas ao atual momento. Mesmo que isso signifique alguns sacrifícios temporários para todos e críticas injustas e desmesuradas ao governo.

Na tentativa correta de defender a população, o governo absorveu, até o ano passado, todos os efeitos negativos da crise. Ou seja: usou o seu orçamento para proteger integralmente o crescimento, o emprego e a renda das pessoas. Realizamos elevadas reduções de impostos para estimular a economia e garantir empregos. Ampliamos os investimentos públicos para dinamizar setores econômicos estratégicos. Mas não havia como prever que a crise internacional duraria tanto. E, ainda por cima, seria acompanhada de uma grave crise climática. Absorvemos a carga negativa até onde podíamos e agora temos que dividir parte deste esforço com todos os setores da sociedade.

É por isso que estamos fazendo correções e ajustes na economia. Não é a primeira vez que o Brasil passa por isso. Em 2003, no início do governo Lula, tivemos que tomar medidas corretivas. Depois tudo se normalizou e o Brasil cresceu como poucas vezes na história. São medidas para sanear as nossas contas e, assim, dar continuidade ao processo de crescimento com distribuição de renda, de modo mais seguro, mais rápido e mais sustentável.

Você que é dona de casa ou pai de família sabe disso. Às vezes temos de controlar mais os gastos para evitar que o nosso orçamento saia do controle. Para garantir melhor nosso futuro. Isso faz parte do dia a dia das famílias e das empresas. E de países também. Mas estamos fazendo de forma realista e da maneira mais justa, transparente e equilibrada possível. As medidas estão sendo aplicadas de forma que as pessoas, as empresas e a economia as suportem. Como é preciso ter equidade, cada um tem que fazer a sua parte. Mas de acordo com as suas condições.

Foi por isso, que começamos cortando os gastos do governo, sem afetar fortemente os investimentos prioritários e os programas sociais. Revisamos certas distorções em alguns benefícios, preservando os direitos sagrados dos trabalhadores. E estamos implantando medidas que reduzem, parcialmente, os subsídios no crédito e também as desonerações nos impostos, dentro de limites suportáveis pelo setor produtivo.

Estamos fazendo tudo com equilíbrio, de forma que tenhamos o máximo possível de correção com o mínimo possível de sacrifício. Este processo vai durar o tempo que for necessário para reequilibrar a nossa economia. Como temos fundamentos sólidos e as dificuldades são conjunturais, esperamos uma primeira reação já no final do segundo semestre deste ano.

Mais importante, no entanto, do que a duração destas medidas será a longa duração dos seus resultados e dos seus benefícios. Que devem ser perenes no combate à inflação e na garantia do emprego. Que devem ser permanentes na melhoria da saúde, da educação e da segurança pública. As medidas serão suportáveis porque além de sermos um governo que se preocupa com a população, temos hoje um povo mais forte do que nunca. O Brasil tem hoje mais qualificação profissional, mais infraestrutura, mais oportunidades de estudar e mais empreendedores. Somos a 7ª economia do mundo. Temos 371 bilhões de dólares de reservas internacionais. 36 milhões de pessoas saíram da miséria e 44 milhões foram para a classe média. Quase dez milhões de brasileiras e brasileiros são hoje micro e pequenos empreendedores. E continuamos com os melhores níveis de emprego e salário da nossa história.

Minhas amigas e meus amigos,

O que tenho de mais importante a garantir, hoje, vou resumir agora.

Primeiro: o esforço fiscal não é um fim em si mesmo. É apenas a travessia para um tempo melhor, que vai chegar rápido e de forma ainda mais duradoura.

Segundo: não vamos trair nossos compromissos com os trabalhadores e com a classe média, nem deixar que desapareçam suas conquistas e seus direitos.

Terceiro: não estamos tomando estas medidas para voltarmos a ser iguais ao que já fomos. Mas, sim, para sermos muito melhores. Quarto: durante o tempo que elas durarem, o país não vai parar. Ao contrário, vamos continuar trabalhando, produzindo, investindo e melhorando.

As coisas vão continuar acontecendo. Junto com as novas medidas, estamos mantendo e melhorando os nossos programas. Entregando grandes obras. Nossas rodovias e ferrovias, nossos portos e aeroportos continuarão sendo melhorados e ampliados.

Para isso, vamos fazer, ainda este ano, novas concessões e firmar novas parcerias com o setor privado. Incluímos - e vamos continuar incluindo - milhões e milhões de brasileiros. Mas agora a inclusão tem que se dar, sobretudo, pelo acesso a melhores oportunidades e a serviços públicos de maior qualidade.

Este esforço tem que ser visto como mais um tijolo, no grande processo de construção do novo Brasil. Esta construção não é só física, mas também espiritual. De fortalecimento moral e ético.

Com coragem e até sofrimento, o Brasil tem aprendido a praticar a justiça social em favor dos mais pobres, como também aplicar duramente a mão da justiça contra os corruptos. É isso, por exemplo, que vem acontecendo na apuração ampla, livre e rigorosa nos episódios lamentáveis contra a Petrobras.

Minhas amigas mulheres homenageadas neste dia

Por último, quero anunciar um novo passo no fortalecimento da justiça, em favor de nós, mulheres brasileiras. Vou sancionar, amanhã, a Lei do Feminicídio que transforma em crime hediondo, o assassinato de mulheres decorrente de violência doméstica ou de discriminação de gênero. Com isso, este odioso crime terá penas bem mais duras. Esta medida faz parte da política de tolerância zero em relação à violência contra a mulher brasileira.

Brasileiros e brasileiras,

É assim, com medidas concretas e corajosas, em todas as áreas, que vamos, juntos, melhorar o Brasil. É uma tarefa conjunta de toda sociedade, mulheres e homens. Tenho certeza que contará com a participação decisiva do Congresso Nacional, que sempre cumpriu com seu papel histórico nos momentos em que o Brasil precisou.

Temos que encarar as dificuldades em sua real dimensão e encontrar o melhor caminho de resolvê-las. Pois, se toda vez que enfrentarmos uma dificuldade pensarmos que o mundo está acabando - ou que precisamos começar tudo do zero - só faremos aumentar nossos problemas.

Precisamos transformar dificuldades em soluções. Problemas temporários em avanços permanentes.

O Brasil é maior do que tudo isso e já mostrou muitas vezes ao mundo como fazer melhor e diferente. Mais que nunca é hora de acreditar em nosso futuro. De sonhar. De ter fé e esperança.

Viva a mulher brasileira! Viva o povo brasileiro. Viva o Brasil!

Obrigada e boa noite.

ANEXO 5**Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Cerimônia de Comemoração pelo Dia Internacional da Mulher****Palácio do Planalto, 08 de março de 2017**

Olha, eu quero em primeiro lugar, naturalmente saudar indistintamente a todos, aos que estão à mesa, e aqueles que estão no auditório.

E vejo que está sendo extremamente prestigiado este evento pela bancada feminina da Câmara e do Senado. O que revela desde logo a importância da recordação anual que se faz do Dia Internacional da Mulher.

E eu vejo como é importante, ou como são importantes, essas solenidades, que não basta marcar no calendário o Dia da Mulher, é preciso comemorá-lo. E comemorá-lo significa recordar a luta permanente da mulher por uma posição adequada na sociedade.

Eu não preciso, depois do discurso emocionado da Luislinda, de todos enfim, dizer da importância da mulher e da luta permanente que a mulher vem fazendo ao longo do tempo no Brasil e no mundo. Que aqui e fora do Brasil, em outras partes do mundo, a mulher ainda é tratada como se fosse uma figura de segundo grau, quando na verdade, ela deve ocupar o primeiro grau em todas as sociedades.

Eu digo isso com a maior tranquilidade, porque eu tenho absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela, o quanto a mulher faz pela casa, o quanto faz pelo lar, o que faz pelos filhos. E, portanto, se a sociedade de alguma maneira vai bem, quando os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada educação e formação em suas casas. E seguramente isso quem faz não é o homem, isso quem faz é a mulher.

Então ter essas solenidades como esta que nós estamos comemorando aqui no Palácio do Planalto, é recordar o que está sendo recordado pelos discursos e pelas palavras que nós estamos agora pronunciando. Mas é interessante notar como, e aqui eu recordo mais uma vez, só para dizer do absurdo e muitas vezes da nossa história, que a mulher só começou a votar pelos idos de 30, 32 não é? Quando se lhes deu o direito a voto, o direito mínimo, que é de participar. A mulher representa, e representava, no passado 50% da população brasileira. E, sem embargo disso, o fato é que 50% estava excluído.

Portanto, a representação que antes que se fazia era uma representação política de pé quebrado. Era uma representação de 50%, quem sabe, da população brasileira. Mas, ao longo do tempo, devo registrar com grande satisfação, que a mulher foi conseguindo o seu espaço.

Quando a Fátima Pelaes relembra que, quando criei a primeira Delegacia da Mulher, parece um fato extraordinário, não é? Mas era uma consequência natural da luta das mulheres e até conto muito rapidamente como isso se deu. Eu era secretário da Segurança Pública em São Paulo, pelos idos de 85, quando uma comissão de mulheres veio a mim e me contou, naturalmente, das violências que sofriam, da mais variada natureza, e do mau atendimento que tinham nas delegacias porque eram atendidas por homens, pelo escrivão, pelo investigador, pelo delegado. E aqui comigo logo surgiu a ideia interessante de algo que não tem, ou não tinha, e não tem, nenhum custo orçamentário. Por que que eu não coloco uma ou duas delegadas mulheres, três, quatro escrivãs, 15, 20 investigadoras para atender a mulher? E assim se deu com a instalação da primeira Delegacia da Mulher no Brasil.

Ela teve tanto sucesso, ministro Imbassahy, que a primeira delegada da mulher logo depois foi eleita deputada estadual, tamanha repercussão que se verificou, e eleita, naturalmente, pelas mulheres. E ao depois, quando voltei a ser secretário da Segurança, tempos depois, havia praticamente mais de 90 delegacias da Mulher no estado de São Paulo e no Brasil. É um reconhecimento, portanto, da posição da mulher no conserto nacional.

Eu estou falando de um período que antecede a Constituinte de [19]87 e [19]88, pois, precisamente, senador Medeiros, em função destes fatos que estou relatando, é que na Constituinte, quando as constituições anteriores diziam todos são iguais perante a lei. A Constituinte de 88 decretou: homens e mulheres são iguais em direitos e deveres. Parece de pouca significação, mas significa inserção na estrutura do Estado brasileiro, portanto, o próprio Estado brasileiro, a ideia de que os direitos e deveres são iguais para homens e mulheres.

Portanto, é um longo trajeto histórico que vem revelando a presença importantíssima da mulher. Aliás, em função disso, no próprio Plano Nacional de Segurança Pública, um dos primeiros pilares do Plano Nacional de Segurança Pública, lançado muito recentemente, é exatamente o combate ao feminicídio e à violência contra a mulher. Nós estamos até cuidando de criar um fundo de combate à violência contra a mulher, e a bancada feminina já esteve comigo, é nós estamos cuidando disso, que é mais um passo no combate à violência contra a mulher. E estamos fortalecendo a Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, que é o 180.

E digo com toda franqueza, isso tudo é fruto do movimento das mulheres. É da compreensão dos homens, vamos dizer assim, mas do movimento muito entusiasmado, muito persistente, muito consistente, muito argumentativo até, das mulheres brasileiras. E, no particular, daquelas que participam dos movimentos sociais, daquelas que estão no Legislativo, que se constituem na voz natural das eleitoras em todo o Brasil.

De modo que, ao longo do tempo as senhoras, as mulheres, deram uma colaboração extraordinária ao nosso sistema. E hoje, como as mulheres participam em intensamente de todos os debates, eu vou até tomar a liberdade de dizer que na economia também, a mulher tem uma grande participação. Ninguém mais é capaz de indicar os desajustes, por exemplo, de preços em supermercados do que a mulher. Ninguém é capaz de melhor detectar as eventuais flutuações econômicas do que a mulher, pelo orçamento doméstico maior ou menor.

E nesse particular, até eu tomo a liberdade de dizer que neste momento, depois de nós termos passado por um momentos recessivos, por momentos difíceis, agora segundo IBGE, em janeiro deste ano, a produção industrial no Brasil cresceu 1.4%. Eu digo isso, dou esse dado não é? Porque esse é um número, primeiro número positivo em 34 meses, primeiro número positivo que não temos na produção industrial um índice dessa natureza.

Ontem, até na reunião do Conselho, nós temos um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, hoje integrado por 101 figuras dos mais variados setores, nós enfatizamos que a recessão vai indo embora. E que a recessão indo embora, volta o crescimento. E eu digo isso, porque com o crescimento volta o emprego.

E hoje, graças a Deus, as mulheres, sem embargo das dificuldades, têm uma possibilidade de empregabilidade que não tinham no passado. Então, a queda da inflação que nós estamos assistindo, a queda dos juros, o superávit recorde da nossa balança comercial, o crescimento do investimento externo, tudo isso significa empregos. E significa também que a mulher, além de cuidar dos afazeres domésticos, vai vendo um campo cada vez mais largo para o emprego. Porque hoje homens e mulheres são igualmente empregados. Com algumas restrições ainda. Mas a gente vê em muitas reportagens, das mais variadas, como a mulher hoje ocupa um espaço executivo de grande relevância.

O número de mulheres que comandam empresas, que comandam diretorias, é imenso. O número de mulheres que hoje está no Legislativo e tendo uma atuação extraordinária. Não foi sem razão, lembrou a Fátima, que sendo eu presidente pela última vez na Câmara dos Deputados, eu criei a Procuradoria Parlamentar da Mulher. E, sobremais, ainda estabeleci que uma deputada teria assento, não é Elcione, teria assento na reunião de líderes, para ter voz e voto.

O que significa que, pouco a pouco, mas neste momento cada vez mais rapidamente, a mulher vai ocupando um espaço cada vez mais significativo, mais expressivo e mais enaltecido da sociedade no nosso Brasil.

Portanto, eu quero dizer às colegas, às mulheres, aos senhores e às senhoras, a todos que eu fico muito, digamos assim, orgulhoso por sediar neste momento um encontro que recorda o Dia da Mulher. Especialmente porque não foram apenas palavras, mas viram pelos gestos tomados pelo ministro da Saúde, que houve gestos concretos. Ou seja, gestos executivos pela assinatura dos atos que ele aqui decretou.

De modo que mais uma vez, digamos assim, o Brasil conta com as mulheres, conta com todos os brasileiros, mas tem a mais absoluta convicção de que a força motriz mais relevante do exercício da cidadania brasileira, está nas mulheres.

Nossa homenagem, portanto.

ANEXO 6

Cerimônia Alusiva ao Dia Internacional da Mulher

Palácio do Planalto, 08 de março de 2019

Senhora Raquel Dodge, procuradora da República.

Minhas queridas ministras Damares e Teresa Cristina.

Senhora Vice-Presidente da República Paula Mourão.

Senhora Michelle Bolsonaro, Presidente da República.

Em nome delas eu quero dizer que amo todas vocês! Mas sou apaixonado apenas por três mulheres, a dona Olinda minha mãe com noventa e um anos, a minha filha Laura, com oito anos, e um dia mais nova do que eu, porque eu não vou dizer a idade, a senhora Michelle, porque eu sou nascido em vinte e um de março, ela em vinte e dois de março.

A mensagem que eu quero transmitir a vocês, para quem é cristão, o homem, de sua costela veio uma mulher, e a partir desse momento, pela graça de Deus, de vocês, vieram todos os homens.

Está na bíblia também que a mulher sábia edifica o lar. Nós vivemos momentos de reflexão no Brasil, a própria eleição minha diz isso. Respeitando todas aquelas que por ventura votaram no outro candidato ou tiveram outras opções, o que eu vejo de mais sagrado numa pátria, numa nação, é a unicidade familiar. A família é a célula da sociedade, uma família unida, uma família responsável, uma família com princípios e com valores edifica uma nação, e em grande parte no nosso País as famílias são dessa natureza.

E devemos isso tudo, em grande parte também, à garra, à vontade e à determinação e à fé das mães. Nesse dia, que para mim não é diferente dos demais porque vocês estão em nossas vidas vinte e quatro horas por dia, eu quero dizê-las que vocês são quem realmente conduz o destino de uma nação.

Não existe um homem que possa fazer uma política séria se não tiver, não ao seu lado, mas junto de si uma mulher com os mesmos princípios.

Graças a Deus eu tenho uma família consistente e nós devemos buscar isso que somente dessa maneira nós podemos construir uma grande nação. Então, e também antes de concluir, dizer que pela primeira vez na vida o número de ministros e ministras está equilibrado em nosso governo.

Nós temos vinte e dois ministérios, vinte homens e duas mulheres. Somente um pequeno detalhe, cada uma dessas mulheres que estão aqui equivalem por dez homens.

A garra dessas duas transmite energia para os demais. Assim sendo, para o bem do nosso Brasil, vocês contem com um aliado, com alguém que de fato respeita vocês e quer que vocês tenham paz e tranquilidade. No que depender de nós vamos lutar e continuar lutando para que cada vez mais vocês façam parte de nossas vidas.

O futuro do Brasil em grande parte passa pela decisão de vocês.

Muito obrigado mulheres do Brasil.

Sou apaixonado por todas vocês.

Muito obrigado